



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2016

Abril de 2017

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL	12
II. FACTOS RELEVANTES EM 2016	13
III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA	16
1. SÍNTESE DA ATIVIDADE	16
2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO	16
3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO.....	17
4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO.....	18
5. RESSEGURO CEDIDO	18
6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	19
7. ATIVIDADE FINANCEIRA.....	19
8. PROVISÕES TÉCNICAS	20
9. GARANTIAS FINANCEIRAS	21
a) Representação das provisões técnicas.....	21
b) Margem de solvência	21
10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITAIS PRÓPRIOS	21
11. RECURSOS HUMANOS.....	22
12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO	23
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
V. PERSPETIVAS PARA 2017	23
a) A atividade económica.....	23
b) O enquadramento do mercado segurador	24
c) A estratégia para o triénio 2017-2019	25
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
CERTIFICAÇÕES	115

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretários	José Joaquim Fragoso António Ferreira Carvalho

Conselho de Administração

Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogal	Artur Luis Martins
Vogal	Paulo José Martins Jorge da Silva

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogal	Artur Luis Martins
Vogal	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vice-Presidente	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Silvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes

Comissão de Vencimentos

Vitor José Melícias Lopes
Norberto da Cunha Junqueiro F. Félix Pilar
José de Almeida Serra

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O desempenho da economia portuguesa no ano 2016 permitiu um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2%. Este resultado positivo confirma um percurso de recuperação, mas ainda modesto, que se deveu, essencialmente, a uma aceleração mais forte das exportações. A procura interna apresentou também um contributo mais positivo para o PIB, reflexo de um maior consumo de bens duradouros por parte das famílias.

O índice que mede a produção industrial em Portugal terminou 2016 em forte alta, registando um crescimento homólogo de 5,1% em dezembro. Esta aceleração ficou a dever-se ao desempenho do agrupamento de energia, bem como à recuperação das indústrias transformadoras.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego fixou-se no final do ano passado em 10,2%, o que representa uma diminuição em relação a 2015. Este desempenho resulta da diminuição do número de desempregados, bem como de um acréscimo da população empregada. A estimativa provisória da população desempregada em dezembro foi de 519,5 mil pessoas e a da população empregada de 4,587 milhões de pessoas.

A inflação portuguesa registou uma variação média anual de 0,6% em 2016, o que significa um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação a 2015, ano em que o Índice de Preços no Consumidor (IHPC) apresentou um aumento médio anual de 0,5%. A aceleração do IHPC foi determinada, sobretudo, pelo comportamento dos preços dos produtos energéticos, com particular destaque para os combustíveis.

No que se refere à dívida pública, o ano de 2016 caracterizou-se pelo agravamento deste indicador, atingindo um valor de 241,1 mil milhões de euros, mais 4,1% face a 2015 e correspondendo a um rácio de 130% do PIB.

No que respeita à economia da Zona Euro, o crescimento em 2016 ficou acima do esperado, fixando-se em 1,7% e o desemprego atingiu mínimos de 2009, sendo que Portugal foi o país que registou a segunda maior descida da taxa de desemprego.

2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o volume da produção de seguro direto em Portugal voltou a registar em 2016 um decréscimo na produção de seguro direto, alcançando os 10,9 mil milhões de euros.

Em 2015, o mercado registou uma quebra de 11,4%, que se acentuou em 2016, com um decréscimo na sua produção de 14,1%.

O desempenho do mercado segurador deveu-se, sobretudo, ao ramo Vida, cuja produção reduziu-se em 23%, representando 6,7 mil milhões de euros. No ano de 2014, o ramo Vida registava uma produção superior a 10,4 mil milhões de euros de produção.

No que respeita ainda ao segmento Vida, o volume da produção dos produtos não ligados a fundos de investimentos diminuiu pelo segundo ano consecutivo, alcançando aproximadamente 5 mil milhões de euros. A sensibilidade deste tipo de produtos ao contexto macroeconómico e prudencial justifica a perda de 23,2% da produção. Os seguros ligados a fundos de investimento, apesar de menos sensíveis ao contexto das taxas de juro e ao novo regime de solvência, registaram, também, uma quebra das contribuições (-22,3%), representando no final de 2016 um volume de 1,7 mil milhões de euros.

Os ramos Não Vida continuam a evidenciar uma tendência de recuperação, que se traduziu num aumento de 5% no volume de produção. Para esta evolução, muito contribuiu o ramo Acidentes e Doença, com destaque para a modalidade Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 14,9% no agregado dos ramos não vida e cujo crescimento foi de 12,2%. Ainda neste ramo, o sub-ramo Doença alcançou um crescimento de 9,6%, justificado pelo aumento do universo das pessoas seguras.

Os crescimentos dos ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos, foram de 3,9% e 1,6%, respetivamente. No ramo Automóvel, o maior do segmento Não Vida, com 34,4% do total da produção, o aumento do volume de prémios terá sido suportado pelo crescimento do número de veículos seguro. A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi mais evidente ao nível dos seguros Multirriscos Industrial, registando uma variação de 4,1%.

No quadro a seguir, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro direto, por grandes agregados:

(milhões de euros)							
Produção Vida/Não Vida	2016 (P)	2015	2014	2013	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Total Vida	6.676	8.669	10.439	9.247	-23,0%	-17,0%	12,9%
Seguros de Vida	4.990	6.499	8.401	7.314	-23,2%	-22,6%	14,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1.686	2.170	2.031	1.928	-22,3%	6,9%	5,3%
Operações de Capitalização	0	1	7	5	-99,7%	-90,3%	59,7%
Total Não Vida	4.196	3.994	3.849	3.856	5,0%	3,8%	-0,2%
Acidentes e Doença	1.482	1.351	1.259	1.232	9,7%	7,3%	2,2%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	624	556	516	511	12,2%	7,8%	0,9%
<i>Acidentes Pessoais</i>	164	161	153	149	1,5%	5,4%	2,6%
<i>Doença</i>	694	633	589	571	9,6%	7,5%	3,3%
Incêndio e Outros Danos	776	764	749	759	1,6%	2,0%	-1,3%
Automóvel	1.528	1.471	1.449	1.478	3,9%	1,5%	-2,0%
Transportes	52	55	58	64	-4,2%	-5,8%	-9,1%
Responsabilidade Civil Geral	115	112	108	106	2,3%	4,3%	1,4%
Diversos	243	241	227	217	0,5%	6,4%	4,5%
TOTAL	10.872	12.664	14.289	13.104	-14,1%	-11,4%	9,0%

Fonte: Produção de seguro direto. 2016. APS

II. FACTOS RELEVANTES EM 2016

Ao longo de 2016, a gestão da Companhia foi orientada pelos objetivos estabelecidos no plano de negócios da empresa. A sua atuação foi orientada por uma estratégia de crescimento com rentabilidade, pelo fortalecimento das relações de proximidade com os parceiros de negócio e clientes e, também, pelo cumprimento das exigências do regime Solvência II.

Ao nível dos produtos, reforçou-se a oferta com o intuito de corresponder cada vez mais às necessidades dos clientes e à evolução do mercado. Assim, no ramo Doença, foram criados novos produtos para a venda de retalho no canal bancário e no canal de mediação. Foram, também, desenvolvidos novos produtos do ramo Responsabilidade Civil, direcionados a atividade de nicho, mas com potencial comercial. No que se refere a melhoramentos da nossa oferta de produtos, foram lançadas versões atualizadas em Acidentes de Trabalho, Saúde Dentária, Automóvel, Multirriscos Habitação e Multirriscos Indústria. Associado aos produtos foram efetuadas diversas atualizações tarifárias, nomeadamente nos ramos Automóvel e Multirriscos.

O processo de subscrição de novos riscos, bem como os riscos existentes em carteira, foram objeto de análise e revisão das condições, que conduziu as melhorias significativas na qualidade da subscrição.

A monitorização do negócio com base em novas metodologias tornou-se mais robusta durante o ano de 2016, com especial destaque na modalidade Acidentes de Trabalho, nos ramos Doença, Multirriscos e Automóvel.

No exercício de 2016, a Lusitania associou-se a dois projetos dinamizados pela APS, que tiveram significativa visibilidade na comunicação social: adesão ao protocolo entre seguradoras para a regularização de sinistros de danos por água em propriedade horizontal e participação eletrónica de sinistros (e-Segurnet). Estes projetos têm como objetivo prestar aos segurados um serviço mais rápido e de maior qualidade.

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o canal bancário constituiu um dos vetores de desenvolvimento da estratégia da Companhia. Nesta vertente, o Montepio terá uma oferta diversificada e adequada a este canal, tendo como principal objetivo captar e reter clientes, prestando-lhe um serviço de elevada qualidade.

Desta forma, têm sido delineadas e implementadas várias ações, das quais se destaca o plano de formação integrado aos colaboradores do Montepio e acompanhamento aos balcões efetuado por uma equipa dedicada e exclusiva – consultores de seguros. Em complemento com a ação dos consultores, foi criada uma linha de atendimento específica para este canal – Linha dos Balcões Montepio, e foi consolidado o projeto Plataforma de Seguros da Banca, que se iniciou em 2015. Estas ferramentas foram desenvolvidas numa ótica de melhores práticas e autonomia aos balcões do banco, em tudo o que se relaciona com os seguros e seus clientes.

No que se refere ao negócio, foi dada continuidade ao projeto Agente Loja Lusitania, tendo sido alargada a representação geográfica da Companhia através do estabelecimento de novas parcerias sustentáveis e duradouras. Foram realizadas diversas ações comerciais de captação e reativação de agentes em localidades com insuficiente presença da marca Lusitania.

Manteve-se uma atenção especial na redinamização da venda de produtos estratégicos no âmbito das Campanhas Comerciais direcionadas a segmentos de agentes, no alargamento

do acesso à Linha do Mediador, como forma de potenciar e elevar o serviço prestado ao cliente e à rede de vendas.

No ano de 2016 foi desenvolvida uma nova plataforma comercial, que dotou a rede comercial de mecanismos que, de forma simples e imediata, permitem o acompanhamento e controlo dos principais indicadores da Companhia, bem como da *performance* da rede de mediação que lhes está afeta. Com forte componente gráfica e acesso à informação de gestão mais relevante, a plataforma comercial apresenta-se como uma mais-valia na gestão diária da rede comercial, estando na base de futuras ações de eficácia comercial, que se pretendem aprofundar.

Ao nível dos Clientes, verificou-se uma estabilização da carteira, com um crescimento líquido de 1.198 clientes, dos quais 440.092 são clientes particulares e 45.422 são clientes empresa.

Em 2016, registou-se um *churn rate* global de 12,7%, com uma perda total de 70.538 Clientes. No entanto, o saldo final é positivo por via dos novos clientes angariados, 71.884.

O binómio Volatilidade dos Clientes versus número de produtos retidos por clientes, continua a ser um eixo muito importante, tendo-se verificado um ligeiro aumento face a 2015, de 1,41 para 1,44.

O ano de 2016 foi, também, marcado pela inovação no serviço ao cliente com o lançamento da Aplicação Help.u. Esta aplicação dirigida aos clientes com seguro automóvel, veio facilitar todo o processo de abertura e acompanhamento do sinistro, com disponibilidade 24h/dia.

Em 2016, prosseguiu-se a implementação do Programa Viriato – desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros - em linha com as orientações estratégicas da Lusitania.

Ao nível das participações societárias, em 2016, no âmbito da Montepio Seguros SGPS S.A., foi efetuada uma reorganização, tendo a N Seguros passado a ser detida diretamente pela *holding* e não pela Lusitania.

III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA

1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

A Lusitania apresentou um resultado líquido negativo de 8.400.546 euros, o que corresponde a uma variação de 80,5% face ao resultado do ano de 2015, refletindo um esforço assinalável na melhoria do seu desempenho.

A atividade da Companhia esteve enquadrada no plano de sustentabilidade financeira definido com o apoio do acionista Montepio Seguros SGPS S.A., de forma a criar as condições para ultrapassar as fortes exigências ao nível do mercado e do nível de fundos próprios requeridos no regime Solvência II.

A tendência de recuperação verificada em alguns indicadores de performance, no exercício de 2016, revela uma atuação da Companhia centrada nas áreas de saneamento de carteira e recuperação de negócio, retenção de clientes e ajustamento de preços, associada a uma aceleração das vendas no canal bancário, continua redução da sinistralidade, bem como ajustamento na estrutura da organização.

2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

Os prémios processados apresentaram um ligeiro acréscimo na atividade (0,2%), em relação ao ano anterior, fixando-se em 185,1 milhões de euros. Este crescimento foi mais expressivo na modalidade Acidentes de Trabalho, que apresentou um crescimento de 7,3%. Destaca-se, igualmente, o ramo Responsabilidade Civil Geral, que registou uma variação de 9,5%.

(milhares de euros)						
Prémios de seguro direto	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Acidentes e Doença	64.218	61.446	51.264	4,5%	19,9%	13,8%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	44.887	41.817	33.432	7,3%	25,1%	21,3%
<i>Acidentes Pessoais</i>	6.344	6.996	6.632	-9,3%	5,5%	-0,6%
<i>Doença</i>	12.987	12.633	11.200	2,8%	12,8%	3,6%
Incêndio e Outros Danos	41.840	41.905	40.636	-0,2%	3,1%	2,7%
Automóvel	68.119	68.624	67.251	-0,7%	2,0%	0,0%
Transportes	3.892	6.151	9.443	-36,7%	-34,9%	-10,5%
Responsabilidade Civil Geral	5.124	4.678	4.743	9,5%	-1,4%	2,6%
Diversos	1.892	1.996	1.890	-5,2%	5,6%	-8,4%
TOTAL	185.085	184.801	175.229	0,2%	5,5%	3,6%

*Prémios de seguro direto líquidos de resseguro aceite.

3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

Em 2016, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 131 milhões de euros, registando-se uma redução de 1,2 milhões de euros face ao ano anterior.

A redução do montante de sinistros justifica-se, essencialmente, pelas modalidades Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e pelos ramos Transportes e Responsabilidade Civil Geral, que registaram uma redução de custos, face ao exercício de 2015, na ordem dos 17,6 milhões de euros.

(milhares de euros)

Custos com sinistros de seguro direto	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Acidentes e Doença	49.963	58.399	39.625	-14,4%	47,4%	9,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	39.835	45.784	29.453	-13,0%	55,4%	10,2%
<i>Acidentes Pessoais</i>	707	2.339	1.986	-69,8%	17,8%	9,9%
<i>Doença</i>	9.420	10.276	8.186	-8,3%	25,5%	5,9%
Incêndio e Outros Danos	30.253	16.620	21.604	82,0%	-23,1%	-14,1%
Automóvel	47.723	46.032	45.202	3,7%	1,8%	-17,7%
Transportes	1.515	9.812	14.422	-84,6%	-32,0%	-23,4%
Responsabilidade Civil Geral	-274	1.416	-1.003	-119,4%	241,2%	-142,7%
Diversos	2.282	420	209	443,3%	100,7%	-66,3%
TOTAL	131.462	132.700	120.059	-0,9%	10,5%	-13,1%

A taxa de sinistralidade da Lusitania, calculada em função dos prémios adquiridos, registou uma redução de 1,2 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, passando de 72,2% para 71%. A taxa de sinistralidade foi afetada pela redução em 0,50 pontos percentuais da taxa de desconto utilizada na modalidade Acidentes de Trabalho, que se situou, no final de 2016, em 3,25%.

Taxa de sinistralidade	2016	2015	2014
Acidentes e Doença	78,2%	96,6%	78,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	89,3%	110,1%	89,0%
<i>Acidentes Pessoais</i>	11,2%	36,9%	31,9%
<i>Doença</i>	72,6%	82,2%	73,6%
Incêndio e Outros Danos	72,1%	40,1%	53,1%
Automóvel	69,8%	66,7%	66,7%
Transportes	38,9%	157,2%	147,9%
Responsabilidade Civil Geral	-5,4%	30,6%	-21,1%
Diversos	120,2%	21,0%	10,6%
TOTAL	71,0%	72,2%	68,5%

Taxas em função de prémios brutos adquiridos.

4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO

Os custos de exploração, em valor absoluto, registaram uma redução em 2016, tendo atingido 23,8 milhões de euros, face aos 24,6 milhões de euros de 2015, o que representa uma redução de 3,3%.

(milhares de euros)						
Custos de exploração	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Acidentes e Doença	8.204	7.806	5.776	5,1%	35,1%	2,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	5.733	5.547	3.610	3,4%	53,7%	-1,3%
<i>Acidentes Pessoais</i>	1.014	1.041	1.033	-2,6%	0,7%	15,4%
<i>Doença</i>	1.457	1.219	1.133	19,5%	7,5%	4,8%
Incêndio e Outros Danos	6.416	6.481	5.914	-1,0%	9,6%	-2,2%
Automóvel	7.821	9.227	7.471	-15,2%	23,5%	7,8%
Transportes	328	389	338	-15,7%	15,0%	-5,6%
Responsabilidade Civil Geral	734	549	585	33,7%	-6,3%	12,6%
Diversos	330	187	187	76,5%	0,2%	-0,1%
TOTAL	23.832	24.639	20.272	-3,3%	21,5%	3,0%

A taxa de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, registou uma redução de 0,4 pontos percentuais, passando de 13,3% para 12,9%, como se evidencia no quadro seguinte.

Taxa de comissionamento	2016	2015	2014
Acidentes e Doença	12,8%	12,7%	11,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	12,8%	13,3%	10,8%
<i>Acidentes Pessoais</i>	16,0%	14,9%	15,6%
<i>Doença</i>	11,2%	9,6%	10,1%
Incêndio e Outros Danos	15,3%	15,5%	14,6%
Automóvel	11,5%	13,4%	11,1%
Transportes	8,4%	6,3%	3,6%
Responsabilidade Civil Geral	14,3%	11,7%	12,3%
Diversos	17,4%	9,4%	9,9%
TOTAL	12,9%	13,3%	11,6%

5. RESSEGURO CEDIDO

O resultado de resseguro cedido, em 2016, foi favorável aos resseguradores, em 5,9 milhões de euros, tendo reduzido 61,8%, quando comparado com 2015.

(milhares de euros)

Resultado de resseguro cedido	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Acidentes e Doença	-1.319	-99	-242	1232,3%	-59,0%	-84,9%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	-794	195	76	-507,2%	156,9%	-120,2%
<i>Acidentes Pessoais</i>	-317	-212	-230	49,5%	-7,4%	-80,3%
<i>Doença</i>	-207	-82	-89	152,4%	-7,6%	48,1%
Incêndio e Outros Danos	989	-9.784	-8.525	-110,1%	14,8%	85,0%
Automóvel	-5.880	-5.538	-5.251	6,2%	5,5%	20,9%
Transportes	-386	304	-240	-227,0%	-226,3%	-216,6%
Responsabilidade Civil Geral	-1.090	-507	-2.233	115,0%	-77,3%	79,8%
Diversos	1.740	56	-160	3007,1%	-134,7%	699,2%
TOTAL	-5.945	-15.570	-16.652	-61,8%	-6,5%	43,4%

6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

No exercício de 2016, os custos por natureza representaram 22,6% dos prémios adquiridos de seguro direto e registaram um acréscimo de 1,4%, face a 2015.

(milhares de euros)

Custos por natureza	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Gastos com Pessoal	22.305	21.403	23.865	4,2%	-10,3%	5,9%
Fornecimento e Serviços Externos	11.835	13.022	10.512	-9,1%	23,9%	2,3%
Impostos e Taxas	2.200	1.866	1.514	17,9%	23,3%	-13,6%
Depreciações e Amortizações do Exercício	3.678	3.662	3.864	0,4%	-5,2%	-5,5%
Juros Suportados	1.262	844	811	49,5%	4,0%	-14,4%
Comissões	557	472	451	18,0%	4,6%	-28,7%
Total	41.837	41.268	41.017	1,4%	0,6%	2,0%

7. ATIVIDADE FINANCEIRA

Em 2016, a carteira da Companhia atingiu o valor aproximado de 312,6 milhões de euros, menos 25,8 milhões que no ano anterior, e é constituída, essencialmente, por títulos do estado, por fundos de investimento e por imóveis.

(milhares de euros)

Atividade financeira	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Coleção Lusitania	5.928	5.926	5.926	0,0%	0,0%	0,0%
Obrigações de outros emitentes	33.341	55.679	54.562	-40,1%	2,0%	-14,0%
Fundos de Investimento	69.837	70.768	12.076	-1,3%	486,0%	-25,7%
Ações	11.751	30.419	47.225	-61,4%	-35,6%	39,2%
Empréstimos	4.562	4.466	14.783	2,1%	-69,8%	-44,8%
Imóveis	54.905	68.670	75.965	-20,0%	-9,6%	-1,2%
Obrigações de Dívida Pública	120.921	80.507	81.020	50,2%	-0,6%	-19,3%
Liquidez	11.324	21.929	28.014	-48,4%	-21,7%	83,8%
TOTAL	312.569	338.364	319.571	-7,6%	5,9%	-5,7%
Resultados financeiros líquidos	3.780	-14.930	14.973	125,3%	-199,7%	-13,4%

Os resultados financeiros líquidos perfazem o montante de 3,8 milhões de euros, tendo-se verificado um acréscimo de 125,3%, em relação a 2015.

8. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2016, o valor de 311,2 milhões de euros, representando uma redução de 1,6%, relativamente a 2015.

(milhares de euros)

Provisões técnicas de seguro direto	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Provisão para prémios não adquiridos	44.470	44.519	43.268	-0,1%	2,9%	-0,7%
Provisões para sinistros	255.098	252.725	249.545	0,9%	1,3%	-5,2%
<i>Acidentes de trabalho</i>	138.048	134.903	123.995	2,3%	8,8%	-0,7%
<i>Outros ramos</i>	117.050	117.822	125.550	-0,7%	-6,2%	-9,3%
Outras provisões técnicas	11.665	19.028	16.027	-38,7%	18,7%	2,9%
TOTAL	311.233	316.271	308.840	-1,6%	2,4%	-4,2%
Rácio sobre prémios brutos emitidos	168,2%	171,1%	176,2%	-2,9	-5,1	-14,4

O rácio de provisionamento global, em 2016, diminuiu 3 pontos percentuais, face a 2015, situando-se em 168,2%.

9. GARANTIAS FINANCEIRAS

a) Representação das provisões técnicas

Face ao montante registado em investimentos financeiros e em responsabilidades técnicas, a Lusitania apresentou um rácio de cobertura de 100,4%, em 2016, que compara com 107,0%, em 2015.

	(milhares de euros)					
Cobertura das provisões técnicas	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Provisões técnicas	311.233	316.271	308.840	-1,6%	2,4%	-4,2%
Investimentos financeiros	312.569	338.364	319.571	-7,6%	5,9%	-5,7%
Rácio de cobertura	100,4%	107,0%	103,5%	-6,6	3,5	-1,6

b) Margem de solvência

As responsabilidades da Lusitania encontravam-se, à data de 31.12.2016, devidamente representadas. O rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) comunicado preliminarmente à ASF, considerando um conjunto de ajustamentos ainda sujeito a análise, situa-se na vizinhança do nível de cumprimento, conforme estabelecido no n.º 4º do artigo 20º da Lei 147/2015, de 9 de setembro.

O rácio do SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no mês de maio de 2017.

10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITALS PRÓPRIOS

Os capitais próprios sofreram uma variação negativa de 9 milhões de euros, face a 2015, atingindo 51,1 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício registou uma evolução positiva de 34,8 milhões de euros, face a 2015, fixando-se nos 8,4 milhões de euros negativos.

(milhares de euros)

Capitais próprios	2016	2015	2014	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Capital social	12.500	12.500	12.500	0,0%	0,0%	-51,9%
Outros instrumentos de capital	106.161	106.161	44.661	0,0%	137,7%	-32,9%
Reservas	2.621	3.214	4.826	-18,5%	-33,4%	42,9%
Resultados transitados	-61.787	-18.617	0	231,9%	0,0%	-100,0%
Resultado líquido	-8.401	-43.170	-15.017	80,5%	187,5%	32,5%
Capitais próprios	51.094	60.088	46.970	-15,0%	27,9%	1,1%

11. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016, o quadro de pessoal da Companhia registou um decréscimo de 5,9%, face ao ano de 2015. O número de colaboradores era de 511, menos 32 que no ano anterior. No exercício findo, foram admitidos 5 colaboradores e registaram-se 37 saídas, mais 16 que no ano 2015.

A idade média dos colaboradores passou de 43,2 para 43,8 anos e a antiguidade aumentou de 14,5 para 15 anos. Na distribuição por género, 47,5% dos colaboradores são do sexo feminino e 52,5% do sexo masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, consolidou-se a tendência de crescimento do peso relativo dos agregados ensino médio e superior, evoluindo para 46,8%, face a 46,4%, em 2015.

A atividade de formação, no ano 2016, desenvolveu-se tanto para colaboradores da Lusitania como para mediadores. Os cursos e ações formativas em *e-learning* e presenciais realizados para os colaboradores da Lusitania contaram com 393 formandos, em 90 ações e 462 participações, num total de 3.817 horas.

Foram realizadas 11 ações destinadas a mediadores da Companhia, envolvendo 197 pessoas, totalizando 386 horas e promoveram-se 3 novas sessões do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros, nas quais participaram 190 colaboradores dos agentes da Lusitania.

No quadro da formação à distância realizaram-se duas edições do Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros, para um universo de 145 formandos, num total de 15.080 horas.

No ano de 2016, a Lusitania proporcionou mais uma vez aos seus colaboradores um conjunto de serviços regulares médicos e de enfermagem, no âmbito da medicina curativa.

Com efeito, em Lisboa foram realizadas 432 consultas e no Porto 130 consultas. No que se refere à medicina do trabalho, os exames periódicos totalizaram 398 e os intercalares 75.

12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO

Em 2016, continuou a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, prosseguindo-se a definição das políticas de gestão de risco previstas nas Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*. Em 2016, foi realizado o exercício de Autoavaliação dos Riscos e Solvência.

No que se refere às funções chave de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, foi efetuada a monitorização e acompanhamento da implementação de recomendações do Auditor Externo, no âmbito dos Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 8.400.546 euros negativos, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2017

a) A atividade económica

A economia global deverá crescer 2,7% no ano de 2017. As projeções económicas apontam para um crescimento das economias mais desenvolvidas na ordem de 1,6% e um crescimento de 4,1% das economias emergentes. A inflação, o risco político e estabilidade do sector financeiro serão variáveis cruciais para o desempenho económico nos próximos anos.

No que se refere à Zona Euro, segundo as projeções macroeconómicas da Comissão Europeia, estima-se um crescimento de 1,5% em 2017 e 1,7% em 2018. A Comissão acredita que o crescimento da Zona Euro será sustentado pelo consumo interno. Contudo, as perspetivas são afetadas por uma incerteza maior do que a habitual, em virtude das escolhas políticas da administração dos EUA, da saída do Reino Unido da União Europeia e dos processos eleitorais a decorrer em vários países da Europa.

Relativamente às estimativas para a inflação, as projeções apontam para um aumento nos próximos anos, 1,4% em 2017 e 2018, impulsionada, sobretudo, no curto prazo, pela evolução dos preços do petróleo.

No que se refere à economia nacional, segundo o Banco de Portugal, o crescimento em 2017 deverá acelerar para 1,4% e nos dois anos seguintes, 2018 e 2019 deverá fixar-se em 1,5%. Esta dinâmica de crescimento será concretizada com a ajuda das exportações e do investimento. Em contraste, o consumo privado crescerá sempre abaixo de 1,5% neste período, traduzindo, em parte, o esforço das famílias para reduzirem o seu endividamento num contexto de elevada carga fiscal e esforço de consolidação, que determinará uma quase estagnação do consumo público.

A recuperação da atividade será acompanhada por uma melhoria gradual da situação no mercado de trabalho. Projeta-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego, que baixará para 7,9% em 2019, o mínimo de uma década.

b) O enquadramento do mercado segurador

No ano de 2016, o setor segurador português voltou a ser caracterizado por mudanças estruturais, ao nível da estrutura acionista em algumas das suas principais empresas, mas também ao nível de objetivos e políticas, com vista a alcançar-se os níveis desejados de rentabilidade, eficiência e inovação.

O sector evidenciou um processo de correção na modalidade Acidentes de Trabalho, e iniciou um movimento de ajustamento no ramo Automóvel. Apesar da evolução positiva da atividade, estas áreas específicas carecem, ainda de um maior esforço de correção, que deverá continuar nos próximos anos.

No ano de 2016 iniciou-se um novo regime prudencial - Solvência II, que determina uma governação exigente e uma gestão muito criteriosa dos capitais das seguradoras. Este novo enquadramento determina um processo de recuperação da sustentabilidade técnica dos ramos, pese embora a persistência de um período de baixas taxas de juro e incerteza nos mercados financeiros.

c) A estratégia para o triénio 2017-2019

A Lusitania continua a centrar a sua atividade na implementação de medidas estruturantes para consolidar o crescimento operacional com sustentabilidade, reforçar a qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes e preparar as condições económicas para a criação de valor.

No ano de 2017, terminará um período de transição no regime Solvência II, com vista ao cumprimento dos requisitos de capital, pelo que a Companhia deverá desenvolver as medidas necessárias para atingir os objetivos quanto aos níveis de solvência estabelecidos na Política de Apetite ao Risco.

Na área do negócio, as prioridades centram-se no aprofundamento das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias, bem como a intensificação da atividade no canal bancário.

O Programa Viriato, um programa de transformação da Companhia, está em curso. Para além da substituição integral do sistema informático por uma nova solução, permitirá a criação das condições para a Lusitania definir a sua oferta de forma mais dinâmica e inovadora, com uma enorme capacidade de adaptação à evolução do mercado, do negócio e da concorrência.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

- . A Associação Portuguesa de Seguradores, a Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Os Clientes, Agentes, Corretores e Resseguradores e
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

Artur Luís Martins
Administrador

Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2016

Balço em 31 de dezembro de 2016

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Notas	ATIVO	Valor Bruto	Exercício Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício 31-12-2015
5	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.324.160	-	11.324.160	11.524.026
6	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	-	846.268	18.346.268
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.433.412	-	1.433.412	2.132.451
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	207.975.414	-	207.975.414	191.807.144
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	4.562.377	670.191	3.892.186	14.870.941
	Depósitos junto de empresas cedentes	321.937	-	321.937	161.842
	Outros depósitos	405.006	-	405.006	10.405.167
	Empréstimos concedidos	3.835.434	670.191	3.165.243	4.303.933
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
7	Investimentos a deter até à maturidade	25.595.578	-	25.595.578	25.086.887
8	Terrenos e edifícios	54.904.558	6.343.518	48.561.040	63.270.432
	Terrenos e edifícios de uso próprio	43.096.214	6.343.518	36.752.696	35.723.968
	Terrenos e edifícios de rendimento	11.808.344	-	11.808.344	27.546.463
9	Outros ativos tangíveis	24.455.177	15.651.073	8.804.104	9.012.627
	Inventários	-	-	-	-
11	Goodwill	18.673.846	-	18.673.846	18.673.846
11	Outros ativos intangíveis	30.834.130	12.274.146	18.559.984	16.402.686
4.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	40.925.408	-	40.925.408	32.143.490
	Provisão para prémios não adquiridos	7.213.865	-	7.213.865	7.773.793
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	33.711.544	-	33.711.544	24.369.697
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	73.743.880	8.280.950	65.462.930	60.654.971
	Contas a receber por operações de seguro direto	53.725.338	3.999.973	49.725.365	45.503.116
	Contas a receber por operações de resseguro	4.415.030	297.335	4.117.695	4.662.659
	Contas a receber por outras operações	15.603.512	3.983.642	11.619.870	10.489.196
16	Ativos por impostos e taxas	17.356.076	-	17.356.076	16.738.018
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	-
	Ativos por impostos diferidos	17.356.076	-	17.356.076	16.738.018
	Acréscimos e diferimentos	4.376.197	-	4.376.197	4.198.343
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	517.006.482	43.219.878	473.786.604	484.862.130

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteArtur Luís Martins
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Balço em 31 de dezembro de 2016

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Notas	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2016	Exercício
		Valor	31-12-2015
	PASSIVO		
4.1	Provisões técnicas	311.233.008	316.271.090
	Provisão para prémios não adquiridos	44.470.406	44.518.734
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	255.097.914	252.724.579
	Devida	-	-
	De acidentes de trabalho	138.048.973	134.902.700
	De outros ramos	117.049.841	117.821.879
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	7.289.944	6.753.116
	Provisão para riscos em curso	4.374.744	12.274.662
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
7	Outros passivos financeiros	27.444.038	25.944.456
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	18.500.000	18.500.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	8.944.038	7.444.456
	Outros	-	-
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.036.435	2.324.216
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	25.171.549	17.808.921
	Contas a pagar por operações de seguro direto	10.086.149	9.029.267
	Contas a pagar por operações de resseguro	10.784.587	4.976.900
	Contas a pagar por outras operações	4.300.813	3.802.754
16	Passivos por impostos e taxas	10.771.856	9.435.348
	Passivos por impostos correntes	10.771.856	9.435.348
	Passivos por impostos diferidos	-	-
14	Acréscimos e diferimentos	45.156.695	45.210.031
15	Outras provisões	879.004	7.780.178
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	422.692.585	424.774.241
	CAPITAL PRÓPRIO		
26	Capital	12.500.000	12.500.000
	(Ações Próprias)	-	-
26	Outros instrumentos de capital	106.160.848	106.160.848
27	Reservas de reavaliação	(5.358.962)	(5.090.277)
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(5.358.962)	(5.090.277)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
27	Reserva por impostos diferidos	1.366.536	1.298.021
27	Outras reservas	6.613.066	7.006.220
	Resultados transitados	(61.786.923)	(18.617.218)
	Resultado do exercício	(8.400.546)	(43.169.705)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	51.094.819	60.087.889
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	473.786.604	484.862.130

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

Artur Luís Martins
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2016

Notas	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Exercício			Exercício 31-12-2015
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
1	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	159.245.708		159.245.708	157.024.035
17	Prémios brutos emitidos	187.132.317		187.132.317	187.875.679
	Prémios de resseguro cedido	27.721.054		27.721.054	30.287.870
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(394.373)		(394.373)	1.263.207
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(559.929)		(559.929)	699.433
1,4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	125.814.306		125.814.306	135.708.977
	Montantes pagos	133.523.411		133.523.411	133.842.984
	Montantes brutos	142.753.409		142.753.409	144.232.075
	Parte dos resseguradores	9.229.998		9.229.998	10.389.091
	Provisão para sinistros (variação)	(7.709.105)		(7.709.105)	1.865.993
	Montante bruto	1.632.741		1.632.741	1.719.780
	Parte dos resseguradores	9.341.847		9.341.847	(146.212)
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-		-	-
4	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(7.363.090)		(7.363.090)	3.000.893
1	Custos e gastos de exploração líquidos	49.245.189		49.245.189	50.516.378
	Custos de aquisição	39.291.832		39.291.832	40.862.220
	Custos de aquisição diferidos (variação)	346.045		346.045	(12.529)
	Gastos administrativos	13.371.911		13.371.911	13.442.077
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.764.600		3.764.600	3.775.390
18	Rendimentos	3.019.999	36.150	3.056.149	5.629.062
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2.393.799	36.150	2.429.949	3.452.173
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	626.200	-	626.200	2.176.889
19	Gastos financeiros	1.854.251	30.211	1.884.462	1.377.368
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	1.854.251	30.211	1.884.462	1.377.368
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.881.254	-	2.881.254	694.382
	De ativos disponíveis para venda	2.881.254	-	2.881.254	695.102
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	(719)
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(699.039)	-	(699.039)	(441.474)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(699.039)	-	(699.039)	(441.474)
	Diferenças de câmbio	-	37.847	37.847	17.987
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	(35.360)	(35.360)	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	5.445.524	-	5.445.524	16.477.851
	De ativos disponíveis para venda	2.333.590	-	2.333.590	7.907.192
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	3.111.432	-	3.111.432	(953.410)
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
9	De outros	502	-	502	9.524.069
24	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	253.264	-	253.264	(2.742.896)
15	Outras provisões (variação)	-	(1.070.957)	(1.070.957)	(248.024)
25	Outros rendimentos/gastos	-	636.478	636.478	(1.432.426)
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(10.294.995)	1.715.861	(8.579.134)	(48.084.772)
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	396.002	396.002	340.476
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(574.590)	(574.590)	(5.255.543)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	(8.400.546)	(43.169.705)

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

Artur Luís Martins
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração do rendimento integral em 31 de dezembro de 2016

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral	2016	2015
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Reserva do justo valor		
27	Ativos financeiros disponíveis para venda	(268.685)	(2.137.346)
16	Impostos ativos financeiros disponíveis para venda	68.515	545.023
		(200.170)	(1.592.323)
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Desvios atuariais do exercício		
23	Valor Bruto	(368.108)	4.920
16	Impostos correntes e diferidos	(25.046)	(25.047)
		(393.154)	(20.127)
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(593.324)	(1.612.450)
	Resultado líquido do exercício	(8.400.546)	(43.169.705)
	Total do rendimento integral do exercício	(8.993.870)	(44.782.155)

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Artur Luís Martins
*Vogal*Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA

	Euros	
	2016	2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(8.400.546)	(43.169.705)
Depreciações e amortizações do exercício (incluindo imparidade)	3.771.916	(1.391.915)
Variação das provisões técnicas de seguro directo	(5.038.082)	7.431.580
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(8.781.918)	(537.205)
Imparidade de devedores líquida de reversões e recuperações	4.069.225	(1.551.889)
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso próprio	(65.700)	184.533
Variação de outras provisões	(6.901.174)	(248.024)
Variação de activos de negociação	-	-
Variação de empréstimos e contas a receber	10.978.755	15.185.780
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(8.877.183)	(2.314.995)
Variação de outros activos e passivos por impostos	761.919	(5.564.849)
Variação de outros activos e passivos	612.502	12.714.859
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	7.362.628	(4.519.676)
	<u>(10.507.659)</u>	<u>(23.781.506)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	699.039	441.474
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(16.436.955)	(56.232.727)
Variação nos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17.500.000	9.550.000
Variação nos investimentos a deter até à maturidade	(508.691)	1.614.500
(Aquisições)/Alienações de activos tangíveis e intangíveis	(4.723.163)	(1.733.677)
(Aquisições)/Alienações de terrenos e edifícios	13.777.562	7.426.000
	<u>10.307.792</u>	<u>(38.934.429)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumentos de capital - Prestações suplementares	-	61.500.000
	-	61.500.000
Variação líquida em caixa e equivalentes	(199.867)	(1.215.935)
Caixa e equivalentes no início do período	11.524.026	12.739.961
Caixa e equivalentes no fim do período	11.324.160	11.524.026

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteArtur Luís Martins
VogalPaulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2016

Notas do anexo		Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balanco a 31 de Dezembro de 2014	12.500.000	44.660.848	(2.952.931)	752.997	3.085.569	1.234.053	511.020	2.195.706	-	(18.617.218)	43.370.043
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(2.137.346)	-	-	-	-	-	-	-	(2.137.346)
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	545.023	-	-	-	-	-	-	545.023
	Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.617.218)	18.617.218	-
	Aumento de capital	-	61.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	61.500.000
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(20.127)	-	-	(20.127)
	Total das variações do capital próprio	-	61.500.000	(2.137.346)	545.023	-	-	-	(20.127)	(18.617.218)	18.617.218	59.887.550
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.169.705)	(43.169.705)
	Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Balanco a 31 de Dezembro de 2015	12.500.000	106.160.848	(5.090.277)	1.298.021	3.085.569	1.234.053	511.020	2.175.579	(18.617.218)	(43.169.705)	60.087.889
	Balanco de abertura alterado	12.500.000	106.160.848	(5.090.277)	1.298.021	3.085.569	1.234.053	511.020	2.175.579	(18.617.218)	(43.169.705)	60.087.889
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(268.685)	-	-	-	-	-	-	-	(268.685)
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	68.515	-	-	-	-	-	-	68.515
16, 26, 29	Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.169.705)	43.169.705	-
	Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
27	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(393.154)	-	-	(393.154)
	Total das variações do capital próprio	-	-	(268.685)	68.515	-	-	-	(393.154)	(43.169.705)	43.169.705	(593.324)
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.400.546)	(8.400.546)
	Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Balanco a 31 de Dezembro de 2016	12.500.000	106.160.848	(5.358.962)	1.366.536	3.085.569	1.234.053	511.020	1.782.425	(61.786.923)	(8.400.546)	51.094.019

Lisboa, 17 de abril de 2017

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Artur Luís Martins
*Vogal*Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas anexas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Lusitania, foi constituída em 6 de junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos Não Vida, com exceção do ramo de seguros de crédito, para a qual obteve as devidas autorizações por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das ações da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de ativos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também à aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das ações), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal direto, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de novembro de 2009, à aquisição de 85% das respetivas ações. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), então Instituto de Seguros de Portugal (ISP), para a compra dos seus ativos e passivos, em 23 de dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos ativos e passivos providos da Mutuamar concretizou-se em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principais canais de distribuição a rede de mediadores e o canal bancário.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 17 de abril de 2017.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras da Montepio Seguros, SGPS, S.A., entidade que controla a Lusitania. Estas são depois consolidadas na empresa-mãe Montepio Geral - Associação Mutualista.

2. Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos da Companhia são: Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos operacionais em 2016 e 2015 pode ser analisado como se segue:

	2016				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	187.132.317	64.217.610	43.887.716	68.119.355	10.907.636
Prémios de resseguro cedido	27.721.054	1.542.897	16.338.653	5.636.392	4.203.112
Prémios brutos adquiridos	187.526.690	63.892.606	44.388.877	68.372.899	10.872.308
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	2.079.234	3.391.027	(451.112)	(737.121)	(123.560)
Custos com sinistros brutos	144.386.150	55.545.848	33.347.706	51.692.948	3.799.648
Custos de exploração brutos	53.009.788	17.315.413	12.204.766	19.952.690	3.536.919
Resultado técnico	(6.205.168)	(6.392.767)	(1.130.901)	(2.699.105)	4.017.604
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ^{(2) (3)}	359.126.531	186.083.181	54.998.371	93.594.188	24.450.790
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	320.732.661	151.853.646	53.674.821	91.341.819	23.862.375

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2016, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas.

	2015				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	187.875.679	61.446.412	44.979.542	68.623.608	12.826.117
Prémios de resseguro cedido	30.287.870	1.713.308	16.871.309	5.969.484	5.733.768
Prémios brutos adquiridos	186.612.472	60.450.574	44.323.217	68.975.537	12.863.143
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	(6.007.020)	(2.940.049)	(733.623)	(1.861.586)	-471.762
Custos com sinistros brutos	145.951.856	63.966.138	19.884.856	50.046.717	12.054.143
Custos de exploração brutos	54.291.769	15.635.449	10.721.161	24.575.851	3.359.308
Resultado técnico	(38.170.213)	(21.838.660)	2.719.481	(16.613.420)	-2.437.614
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ^{(2) (3)}	363.309.923	221.856.786	33.835.759	85.859.040	21.758.338
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	326.116.789	149.540.148	42.237.343	107.178.259	27.161.040

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2015, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas.

As provisões técnicas, evidenciadas nos quadros acima, encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afetos à representação das provisões técnicas).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2016, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 34. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 34.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda, e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou

diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

Contratos de seguro

A Lusitania emite contratos que incluem risco seguro.

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte (tomador de seguro), e acorda compensá-lo se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente, é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios brutos emitidos (direto e aceite) são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Princípio contabilístico da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada contrato em vigor, de acordo com a Norma nº 19/94-R, da ASF, tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R, da mesma entidade.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com normativo em vigor.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso. Ao abrigo desta Norma a Companhia, pelo facto de ter iniciado em 2013 um processo de reestruturação interna, considerou que o acréscimo de custos daí resultante, no montante de 1.406.791 euros, iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias, pelo que optou por não considerar os referidos custos para efeitos de cálculo da Provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e por métodos atuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

- A Companhia calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 3,25% (2015:3,75%) e 1% de taxa de gestão;

- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguros. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT e,
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2016, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para a generalidade dos ramos, com a exceção dos ramos Doença, Automóvel (pela primeira vez) e da modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho e Automóvel é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtém-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

A Companhia procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os cash-flows dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os cash-flows dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas, estabelecidas pela ASF, aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2016 são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de dezembro de 2016 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhe está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de resultados. Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

Os ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, ativos financeiros disponíveis para venda.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os ativos.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas

também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid-price*) publicado pela Bloomberg ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que o justo valor diminua.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

Instrumentos Financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e,
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e sua materialidade).

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos fixos tangíveis

Estes bens são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição líquido das depreciações e deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As depreciações são calculadas numa base sistémica ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Taxas Anuais	N.º de anos
Instalações	10%	10
Máquinas e aparelhos e ferramentas	10% - 25%	4 a 10
Mobiliário e equipamento	10% - 33%	3 a 10
Material de transporte	25%	4
Equipamento Informático	25% - 33,33%	3 a 4
Software	10% - 33%	3 a 10
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios detidos pela companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

Estas avaliações são efetuadas através dos métodos de avaliação “Custo comparativo” e “Rendimento” para os imóveis de serviço próprio e rendimento, respetivamente. Os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para testes de imparidade nos imóveis de serviço próprio.

i) Imóveis de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As

depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	N.º de anos
Imóveis de Uso Próprio	2% - 4%	25 a 50

Os terrenos não são depreciados.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Imóveis de Rendimento

A Companhia classifica como imóveis de rendimento (propriedades de investimento) os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As propriedades de investimento não são amortizadas.

Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação.

Os custos incorridos diretamente relacionados com a produção/desenvolvimento interno de software informático pela Companhia, sobre os quais seja expetável que estes venham a gerar benefícios económicos para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistémica ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período compreendido entre 3 a 10 anos.

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 16, Imposto sobre o rendimento.

Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, a Companhia concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo e pré-reformados, calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida; (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano, o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de

pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Companhia procedeu ao reconhecimento da responsabilidade.

Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Relato por segmentos

A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

Ver Nota 2.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Investimentos em Subsidiárias e Associadas

Os investimentos em Subsidiárias e Associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, a Companhia procede à imputação dos custos por funções conforme abaixo indicado.

Imputação dos custos por funções

Na medida do possível, todos os custos são imputados diretamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- Função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistros abertos no período;
- Função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- Função administrativa – proporcionalmente à receita;
- Função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.

Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar a compreensão de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Provisões para sinistros

As provisões para sinistros correspondem à melhor estimativa das responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro, e incluem as responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre os lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro a doze anos (quatro anos para prejuízos apurados no exercício de 2011, cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013 e doze anos para os prejuízos apurados a partir de 2014), no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal em vigor. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade em subsidiárias e associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade de *goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1 Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

A provisão para sinistros de seguro direto por ramos pode ser analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes de Trabalho	138.048.073	134.902.700	3.145.372	10.907.925
Acidentes Pessoais e Doença	4.641.381	5.355.973	(714.592)	1.137.495
Incêndio e outros danos	29.130.264	17.714.883	11.415.381	394.837
Automóvel	62.341.169	70.802.517	(8.461.348)	(5.990.054)
Marítimo, aéreo e transportes	8.688.274	11.833.123	(3.144.849)	(3.393.976)
Responsabilidade Civil geral	8.069.126	9.924.493	(1.855.367)	(22.953)
Crédito e Caução	1.126.747	1.124.363	2.384	128.467
Proteção Jurídica	5.440	5.588	(148)	5.588
Assistência	615	1.059	(444)	1.059
Diversos	3.046.824	1.059.880	1.986.944	11.622
Total	255.097.914	252.724.579	2.373.334	3.180.009

A provisão para sinistros de acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 126.340.776 (2015: Euros 118.595.519) referente à provisão matemática de acidentes de trabalho e assistência vitalícia, com impacto da alteração da taxa de desconto.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada da seguinte forma:

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes de Trabalho	622.541	2.291.362	(1.668.820)	698.637
Acidentes Pessoais e Doença	45.672	51.096	(5.424)	(838)
Incêndio e outros danos	20.563.065	10.391.563	10.171.502	559.373
Automóvel	4.067.054	5.130.750	(1.063.696)	(1.574.200)
Marítimo, aéreo e transportes	3.453.537	3.006.768	446.770	(494.720)
Responsabilidade Civil geral	1.491.851	1.955.288	(463.438)	388.951
Crédito e Caução	602.673	603.441	(768)	249.114
Proteção Jurídica	76	76	-	11.454
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2.865.075	939.353	1.925.721	16.016
Total	33.711.544	24.369.697	9.341.847	(146.212)

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão no montante de Euros 1.756.001 (2015: Euros 1.362.020) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Em 31 de Dezembro de 2016, a Lusitania voltou a alterar a taxa de desconto associada ao cálculo do valor atual das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, desta vez em cinquenta pontos, de 3,75% para 3,25%. O impacto nas demonstrações financeiras ascendeu a Euros 6.493.303.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 7.827.639 (2015: Euros 8.571.059) relativo a sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 4.531.937 (2015: Euros 4.374.711) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

A provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de Euros 7.213.865 (2015: Euros 7.773.793) relativo a sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	2015	Dotações/reduções	2016
Provisão para desvios de sinistralidade	6.753.116	536.828	7.289.944
Provisão para riscos em curso	12.274.662	(7.899.918)	4.374.744
TOTAL	19.027.778	(7.363.090)	11.664.688

A evolução dos montantes pagos pode ser analisada como se segue:

Ocorrência	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2007	50.084.872	23.758.984	15.951.726	23.101.932	19.614.212	18.314.452	16.601.106	12.519.574	12.475.204	12.095.509
2008		44.686.803	19.371.473	27.787.386	20.683.780	18.797.845	15.227.478	12.746.512	13.230.318	12.092.546
2009			40.372.340	41.031.932	22.721.717	19.265.024	14.841.069	12.622.426	11.566.751	10.549.772
2010				82.713.823	33.485.554	22.631.468	17.415.082	13.828.668	11.483.721	9.929.643
2011					85.602.010	38.828.193	28.949.974	20.184.749	14.966.940	13.403.418
2012						65.509.306	31.899.003	19.457.270	12.300.074	9.329.079
2013							60.290.537	23.170.519	15.455.521	10.903.949
2014								59.597.397	27.105.241	17.194.192
2015									63.400.359	23.929.289
2016										64.163.900
Montantes pagos para os anos de ocorrência	84.298.329	78.976.934	80.487.974	160.478.782	175.045.972	174.839.970	149.680.924	134.219.152	142.389.910	141.268.206

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2007 e 2016.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como se segue:

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	2016			
	Provisão para sinistros em 31/12/2015	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/2016	Reajustamentos
Não Vida				
Acidentes e Doença	140.258.673	28.977.859	122.433.565	11.152.751
Incêndio e Outros Damos	17.714.883	7.150.179	12.309.196	1.744.492
Automóvel				
-Responsabilidade Civil	62.806.046	26.234.636	35.674.618	(896.792)
-Outras Coberturas	7.996.471	3.434.713	2.040.102	(2.521.656)
Marítimo, Aéreo e Transportes	11.833.123	4.331.950	8.074.753	573.579
Responsabilidade Civil Geral	9.924.493	1.450.752	7.679.818	(793.923)
Crédito e Caução	1.124.363	3.151	1.126.747	5.535
Proteção Jurídica	5.588	8.933	4.407	7.753
Assistência	1.059	42	492	525
Diversos	1.059.880	280.781	1.590.315	811.215
TOTAL GERAL	252.724.579	71.872.995	190.934.013	10.082.429

* Sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como se segue:

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	2016			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	47.361.451	5.583.164	2.601.234	55.545.848
Incêndio e Outros Damos	18.866.241	1.675.786	11.386.446	31.928.474
Automóvel				
-Responsabilidade Civil	43.355.410	2.789.291	(4.463.253)	41.681.448
-Outras Coberturas	13.710.962	1.180.636	(4.880.098)	10.011.501
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.658.319	71.720	(3.142.928)	1.587.111
Responsabilidade Civil Geral	1.584.423	102.535	(1.858.315)	(171.357)
Crédito e Caução	2.534	616	3.303	6.454
Proteção Jurídica	-	34.450	(148)	34.302
Assistência	-	127	(444)	(317)
Diversos	289.938	602	1.986.944	2.277.483
Total	129.829.278	11.438.927	1.632.741	142.900.947
Resseguro Aceite	1.481.685	3.518	-	1.485.203
TOTAL GERAL	131.310.963	11.442.446	1.632.741	144.386.150

RAMOS / GRUPOS DE RAMOS	2015			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
Seguro Direto				
Acidentes e Doença	45.603.425	5.567.327	12.795.386	63.966.138
Incêndio e Outros Damos	16.241.592	1.516.590	378.772	18.136.953
Automóvel				
-Responsabilidade Civil	39.257.040	2.766.057	(6.435.383)	35.587.714
-Outras Coberturas	14.980.157	1.248.580	(1.769.734)	14.459.003
Marítimo, Aéreo e Transportes	13.204.117	120.080	(3.391.791)	9.932.406
Responsabilidade Civil Geral	1.420.352	157.722	(4.112)	1.573.962
Crédito e Caução	197.212	1.192	128.373	326.777
Proteção Jurídica	287	31.602	(104)	31.786
Assistência	255	168	(24)	399
Diversos	75.607	548	18.397	94.551
Total	130.980.044	11.409.866	1.719.780	144.109.690
Resseguro Aceite	1.837.682	4.484	-	1.842.165
TOTAL GERAL	132.817.726	11.414.349	1.719.780	145.951.856

4.2 Gestão de Riscos da Atividade

No ano 2016 entrou em vigor o regime prudencial Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Neste normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

A Lusitania definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos da Companhia. Estas alterações têm, também, em consideração as orientações publicadas pela Autoridade de Supervisão Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, relativas aos mecanismos de governação no âmbito do novo regime Solvência II.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas da linha de negócio Doença similar a Vida e está a ser utilizado o ajustamento simétrico do risco acionista. À data, encontra-se em análise e apreciação junto do Regulador um conjunto de medidas com vista à melhoria do nível de solvência, entre as quais se destaca a utilização da medida de longo prazo relativa ao ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro. Tendo em conta estes elementos, é convicção do Conselho de Administração que seja atingido objetivo de cumprimento do requisito de solvência.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de maio através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pela Companhia, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. A Lusitania tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

Os objetivos da Lusitania compreendem a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos diretamente associados à atividade seguradora, bem como dos riscos subjacentes à atividade. A gestão do sistema de gestão de riscos é um processo contínuo e é desenvolvido aos diferentes níveis da Companhia. Este sistema, conjuntamente com o Sistema de Controlo Interno, constituem instrumentos de gestão para a administração da

Lusitania. A implementação do modelo é suportada numa estratégia descentralizada de gestão de risco, baseando-se numa abordagem dual, isto é, através de análises do tipo *top-down* e *bottom-up*.

A Lusitania está exposta a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor da Lusitania e são comunicados a todos os elementos da Companhia, dada a sua importância para a atividade da empresa.

Os principais riscos a que a Companhia se encontra exposta são os seguintes:



A. Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos risco financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarificação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das

despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

A Lusitania efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Com o intuito de verificar o ajustamento da estimativa de sinistros não declarados efetuada em 2015 aos valores efetivamente verificados, apurou-se o seguinte:

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Acidentes de Trabalho	Previstos para 2015	0	0	1	3	6	25	368	404
	Abertos 2015	0	1	0	0	2	19	245	267
	Diferença	0	(1)	1	3	4	6	123	137
Automóvel	Previstos para 2015	2	2	2	14	34	56	2.082	2.192
	Abertos 2015	1	3	4	2	12	16	1.083	1.121
	Diferença	1	(1)	(2)	12	22	40	999	1.071
Saúde - cashflow previsto e realizado	Previstos para 2015	8.104	3.051	20.383	14.889	27.044	48.965	1.599.751	1.722.187
	Verificado 2015	2.406	(207)	6.360	6.279	5.756	39.549	1.101.161	1.161.304
	Diferença	5.698	3.257	14.024	8.611	21.288	9.416	498.590	560.884
MR Habitação	Previstos para 2015	0	3	2	3	10	31	630	679
	Abertos 2015	0	0	1	4	7	22	658	692
	Diferença	0	3	1	(1)	3	9	(28)	(13)
MR Comércio	Previstos para 2015	0	1	0	1	2	13	153	171
	Abertos 2015	3	1	2	0	17	57	406	486
	Diferença	(3)	(0)	(2)	1	(15)	(44)	(253)	(315)

Nota: O negócio Multiriscos Comércio registou 404 sinistros de co-seguro não líder

Entendeu-se como relevante efetuar análises de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente e encargos futuros com o Fundo de Acidentes de Trabalho, em 50 pontos base, provoca uma variação das mesmas em Euros 7,19 milhões;
- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, expurgado o efeito da alteração da taxa de juro, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 86,4% para 90,8% dos prémios adquiridos.

- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 74,2% para 77,9%.

Por outro lado, a Lusitania realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2016 Euros 000		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	31.665	26.016	20.179	13.253	5.838	-1.631	-10.108	-18.604	-27.099
	-15%	30.491	24.842	18.818	11.815	4.379	-3.276	-11.772	-20.268	-28.764
	-10%	29.317	23.667	17.456	10.356	2.919	-4.940	-13.436	-21.932	-30.429
	-5%	28.142	22.493	16.094	8.896	1.460	-6.604	-15.100	-23.596	-32.190
	0%	26.968	21.319	14.712	7.437	0	-8.268	-16.764	-25.260	-33.969
	5%	25.794	20.144	13.312	5.977	-1.539	-9.932	-18.428	-26.924	-35.747
	10%	24.619	18.828	11.911	4.518	-3.160	-11.597	-20.092	-28.589	-37.525
	15%	23.445	17.466	10.494	3.058	-4.781	-13.261	-21.756	-30.254	-39.303
	20%	22.271	16.104	9.035	1.599	-6.429	-14.925	-23.420	-31.919	-41.081

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2015 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade no seguro de Multiriscos Habitação e, tangencialmente, no Multiriscos Comércio. Neste exercício, sujeito à conjuntura adversa, os prémios do seguro de Automóvel, Acidentes de Trabalho e Doença revelaram-se insuficientes face às responsabilidades.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

Ramo	2016	2015
Acidentes e Doença	78,2%	96,6%
Incêndio e Outros Danos	72,1%	40,1%
Automóvel	69,8%	66,7%
Transportes	38,9%	157,2%
Responsabilidade Civil	-5,4%	30,6%
Outros	120,2%	21,0%
Total	71,0%	72,2%

Rácio de cedência de sinistros

Ramo	2016	2015
Acidentes e Doença	-0,1%	1,6%
Incêndio e Outros Danos	49,2%	25,3%
Automóvel	0,2%	0,7%
Transportes	90,3%	37,8%
Responsabilidade Civil	-34,6%	42,4%
Outros	94,8%	110,4%
Total	14,1%	7,7%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

Ramo	2016	2015
Acidentes e Doença	-1,9%	65,6%
Incêndio e Outros Danos	90,4%	25,5%
Automóvel	1,4%	5,8%
Transportes	55,5%	90,1%
Responsabilidade Civil	7,7%	52,2%
Outros	447,4%	99,5%
Total	65,7%	34,6%

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros da Companhia, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos da Companhia, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.

Ao nível conceptual os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, a Lusitania, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento da Companhia.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	131.836.102	85,5%	109.178.167	80,2%
Variável	22.274.385	14,4%	27.007.709	19,8%
Defaulted	152.157	0,1%	-	-
TOTAL	154.262.644	100,0%	136.185.876	100,0%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2016		4º T 2015	
D	C	D	C
2,3	17	1,7	9,1

O valor da *duration* da carteira de obrigações global registou um ligeiro aumento no final de 2016, refletindo uma maior exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma atuação prudente, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da elevada incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro

Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2016				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
156.281	152.600	149.178	2,3	17

Unidade: milhares de euros

Variação Taxa de Juro

Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2015				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
136.977	134.690	132.526	1,7	9,1

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira em análise resulta da cotação de mercado, excluindo juros decorridos e títulos em *default*.

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
2016		-10%	0%	10%	
234.456	-1,80%	37.936	42.151	46.367	1,80%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
2015		-10%	0%	10%	
235.296	-2,60%	55.867	62.074	68.282	2,60%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação do Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
2016		-5%	0%	5%	
283.422	-0,96%	51.469	54.177	56.886	0,96%

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação do Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
2015		-5%	0%	5%	
316.459	-1,20%	73.922	77.813	81.703	1,20%

Unidade: milhares de euros

- (a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.
- (b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Rating da carteira de obrigações

Ratings	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
AAA	27.218.216	17,6%	20.296.222	14,9%
AA+	14.960.977	9,7%	10.912.305	8,0%
AA	43.194.442	28,0%	-	-
AA-	2.096.381	1,4%	-	-
A+	-	-	-	-
A	2.120.101	1,4%	15.935	-
A-	-	-	-	-
BBB+	5.002.227	3,2%	3.212.297	2,4%
BBB	2.329.722	1,5%	3.565.226	2,6%
BBB-	-	-	2.019.296	1,5%
BB+	1.733.774	1,1%	6.662.893	4,9%
BB	35.488.984	23,0%	22.369.418	16,4%
BB-	-	-	-	-
B+	-	-	-	-
B	-	-	-	-
B-	85.395	0,1%	-	-
CCC	-	-	464.759	0,3%
CCC+	-	-	-	-
D	-	-	-	-
Default	152.157	0,1%	-	-
Desconhecido	19.880.269	12,9%	66.667.525	49,0%
Total	154.262.644	100,0%	136.185.876	100,0%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores

de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emitente:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	145.242.312	46,5%	200.090.330	59,1%
Espanha	4.634.624	1,5%	2.850.857	0,8%
França	41.201.352	13,2%	28.741.586	8,5%
Alemanha	2.450.650	0,8%	-	-
Estados Unidos	3.327.222	1,1%	4.993.369	1,5%
Países Baixos	24.767.566	7,9%	20.296.222	6,0%
Reino Unido	1.261.458	0,4%	2.410.657	0,7%
Itália	1.021.459	0,3%	2.006.123	0,6%
Áustria	14.960.977	4,8%	10.912.306	3,2%
Luxemburgo	-	-	264.846	0,1%
Irlanda	64.482.388	20,6%	60.084.267	17,8%
Bélgica	2.096.381	0,7%	-	-
SNAT	1.993.090	0,6%	-	-
Outros	5.130.661	1,6%	5.713.646	1,7%
TOTAL	312.570.140	100,0%	338.364.209	100,0%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2016	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes	11.324.160	-	-	-	-	11.324.160
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	80.940	-	1.352.472	1.433.412
Outros emissores	-	-	80.940	-	-	80.940
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	1.352.472	1.352.472
Ativos financeiros disponíveis para venda	78.916.935	13.623.806	7.387.687	25.688.622	82.358.365	207.975.414
Dívida pública	77.104.001	-	3.385.068	22.101.299	9.099	102.599.467
Outros emissores	1.812.934	13.623.806	4.002.618	3.587.323	2.959.979	25.986.660
Ações	-	-	-	-	10.904.365	10.904.365
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	-	-	-	68.484.923	68.484.923
Investimentos a deter até maturidade	-	3.743.693	21.851.885	-	-	25.595.578
De dívida pública	-	3.743.693	14.578.691	-	-	18.322.384
De outros emissores	-	-	7.273.194	-	-	7.273.194
Empréstimos e contas a receber	405.006	-	-	-	3.487.181	3.892.186
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	65.462.930	-	-	-	-	65.462.930
Total dos ativos financeiros	156.109.030	17.367.499	29.320.512	25.688.622	87.198.018	315.683.679
Passivos financeiros	8.944.038	-	-	-	18.500.000	27.444.038
Outros credores por operações de seguros e outras operações	25.171.549	-	-	-	-	25.171.549
Total dos passivos financeiros	34.115.588	-	-	-	18.500.000	52.615.588
Líquido	121.993.442	17.367.499	29.320.512	25.688.622	68.698.018	263.068.091

Risco de liquidez 2015	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes	11.524.026	-	-	-	-	11.524.026
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	28	2.132.423	2.132.451
Outros emissores	-	-	-	28	-	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	2.132.423	2.364.581
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.274.134	63.756.906	17.798.917	13.282.277	83.694.909	191.807.144
Dívida pública	206.587	59.950.114	991.969	1.023.339	8.965	62.180.974
Outros emissores	13.067.547	3.806.792	16.806.948	12.258.938	2.977.761	48.917.986
Ações	-	-	-	-	12.072.834	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	-	-	-	68.635.350	68.635.350
Investimentos a deter até maturidade	-	-	10.615.251	14.471.636	-	25.086.887
De dívida pública	-	-	5.869.685	12.175.066	-	18.044.751
De outros emissores	-	-	4.745.566	2.296.569	-	7.042.135
Empréstimos e contas a receber	10.405.167	-	-	-	4.465.775	14.870.942
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	60.654.971	-	-	-	-	60.654.971
Total dos ativos financeiros	95.858.299	63.756.906	28.414.168	27.753.941	90.293.107	306.076.420
Passivos financeiros	7.444.456	-	-	-	18.500.000	25.944.456
Outros credores por operações de seguros e outras operações	17.808.921	-	-	-	-	17.808.921
Total dos passivos financeiros	25.253.378	-	-	-	18.500.000	43.753.378
Líquido	70.604.921	63.756.906	28.414.168	27.753.941	71.793.107	262.323.042

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

2016	
Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Münchener Rück	AA-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	AA-
QBE Secura	A+
SCOR	AA-
Mapfre Re	A
Nacional Reaseguros	A-
Sirius	A-
Odyssey Re	A-
MS Amlin	A
Endurance	A+
Canopus	A+
Axis Re	A+
XL Re	A+
Assurances M France/Covea	A+

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

De modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem

como frequências, impactos e respetivos controlos. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

A Lusitania implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade da Companhia.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

5. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem compõem-se do seguinte modo:

	2016	2015
Numerário	14.866	8.952
Depósitos à ordem	11.309.294	11.515.074
Total	11.324.160	11.524.026

6. Investimentos em filiais e associadas

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas são demonstrações financeiras individuais.

A rubrica investimentos em filiais e associadas apresenta-se do seguinte modo:

	2016	2015
N-Seguros	-	17.500.000
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A	256.706	256.706
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A.	589.562	589.562
Total	846.268	18.346.268

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

	Fracção de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	80,63%	590	Lusitania	Montepio	1.027	2015	145
Clinica Serviços Médicos Comp. Belém, S.A	24,50%	257	José Mello Saúde	José Mello Saúde	1.874	2015	99

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

A Companhia no decorrer de 2016 procedeu à alienação à sua acionista Montepio Seguros, SGPS, S.A. a participação de 100% no capital da N-Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, relativa a 2016 e 2015, é a seguinte:

2016					
	Custo Aquisição Amortizado	Reserva Justo valor	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	102.238.239	(109.293)	(296.035)	766.556	102.599.467
Outros emissores	30.473.510	(4.040.137)	(704.070)	257.356	25.986.660
Total	132.711.749	(4.149.430)	(1.000.104)	1.023.912	128.586.127
Acções	22.632.064	518.724	(12.246.424)	-	10.904.365
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	71.716.848	(711.919)	(2.520.007)	-	68.484.923
Total	94.348.912	(193.195)	(14.766.430)	-	79.389.287
Total	227.060.662	(4.342.625)	(15.766.535)	1.023.912	207.975.414

2016				
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Titulos de dívida				
Dívida pública	102.599.467	-	-	102.599.467
Outros emissores	24.000.859	1.985.799	2	25.986.660
Total	126.600.326	1.985.799	2	128.586.127
Acções	1.779	-	10.902.586	10.904.365
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	62.495.528	-	5.989.395	68.484.923
Total	62.497.307	-	16.891.981	79.389.287

2015					
	Custo Aquisição Amortizado	Reserva Justo valor	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	61.780.748	(14.189)	-	414.415	62.180.974
Outros emissores	53.759.442	(4.687.733)	(576.112)	422.389	48.917.986
Total	115.540.190	(4.701.922)	(576.112)	836.805	111.098.961
Acções	22.630.946	202.847	(10.760.960)	-	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	70.690.175	721.659	(2.776.484)	-	68.635.350
Total	93.321.121	924.506	(13.537.444)	-	80.708.183
Total	208.861.311	(3.777.416)	(14.113.555)	836.805	191.807.144

	2015			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Títulos de dívida				
Dívida pública	62.180.974	-	-	62.180.974
Outros emissores	33.839.469	-	15.078.517	48.917.986
Total	96.020.443	-	15.078.517	111.098.961
Acções	2.107	-	12.070.727	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	61.547.659	-	7.087.691	68.635.350
Total	61.549.766	-	19.158.417	80.708.183

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível I: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível II: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível III: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas relativa a 2016 e 2015 é apresentada como segue:

	2016			
	Custo Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	(2.110.094)	-	80.940
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.121.930	(3.769.458)	-	1.352.472
Total	7.312.965	(5.879.553)	-	1.433.412
	2015			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	80.940	-	-	80.940
Instrumentos de capital e unidades de participação	31.615	-	1.320.856	1.352.472
Total	112.555	-	1.320.856	1.433.412
	2015			
	Custo Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	(2.191.006)	-	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.121.930	(2.989.507)	-	2.132.423
Total	7.312.965	(5.180.514)	-	2.132.451
	2015			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	-	-	28	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	2.132.423	2.132.423
Total	-	-	2.132.451	2.132.451

A maioria dos ativos contemplados no nível III correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos e ações de entidades não cotadas. Relativamente ao património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora.

Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível III, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 1.832.539.

À data de 31 de Dezembro de 2016, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível III ascende a Euros 740.000.

7.2 Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe desta rubrica é apresentado como segue:

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Empréstimos concedidos e contas a receber						
Depósitos junto de empresas cedentes	321.937	-	321.937	161.842	-	161.842
Outros depósitos	405.006	-	405.006	10.405.167	-	10.405.167
Empréstimos concedidos	3.835.434	(670.191)	3.165.243	4.303.933	-	4.303.933
Total	4.562.377	(670.191)	3.892.186	14.870.941	-	14.870.941

A rubrica Empréstimos Concedidos inclui valores entregues à Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. no montante de 2,7 milhões de euros (2015: 2,7 milhões de euros).

7.3 Investimentos a deter até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe desta rubrica é apresentado como se segue:

	2016			2015		
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida						
De dívida pública	17.837.152	485.232	18.322.384	17.560.845	483.907	18.044.752
De outros emissores	7.200.763	72.431	7.273.194	6.969.902	72.233	7.042.135
Total	25.037.915	557.663	25.595.578	24.530.747	556.140	25.086.887

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Na data de transferência						
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros ^(a)	Taxa efectiva ^(b)	Valor de mercado em Dezembro de 2016
			Positiva	Negativa			
De Activos financeiros disponíveis para venda	28.525.661	31.648.393	-	(3.143.236)	43.674.994	6,42%	29.216.075
							2.126.899

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quer

(c) A reserva de justo valor amortizada, durante o exercício de 2016, atingiu o valor de 296.524 euros. Em 2015, o montante alcançado foi de 324.127 euros.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	2016	2015
Impacto em reservas de justo valor	3.620.498	4.999.758
Efeito fiscal	(923.227)	(1.274.938)
Total	2.697.271	3.724.819

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de outros passivos financeiros possui a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos de resseguradores	8.944.038	7.444.456
Empréstimos obrigacionistas	18.500.000	18.500.000
Total	27.444.038	25.944.456

A rubrica Empréstimos obrigacionistas inclui obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Geral Associação Mutualista, nos montantes de Euros 2.500.000 e Euros 16.000.000, respetivamente.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2016		2015	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Empréstimos e contas a receber				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.324.160	11.324.160	11.524.026	11.524.026
Empréstimos concedidos e contas a receber	3.892.186	3.892.186	14.870.941	14.870.941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	65.462.930	65.462.930	60.654.971	60.654.971
Investimentos a deter até à maturidade	29.216.075	25.595.578	30.086.644	25.086.887
Activos financeiros ao custo amortizado	111.705.843	106.274.853	117.136.582	112.136.825
Outros passivos financeiros	21.904.288	27.444.038	20.959.952	25.944.456
Outros credores por operações de seguros e outras operações	25.171.549	25.171.549	17.808.921	17.808.921
Passivos financeiros ao custo amortizado	47.075.837	52.615.588	38.768.873	43.753.377

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Lusitania são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível III.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I. Os passivos subordinados no nível III.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível III.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 relativamente aos terrenos e edifícios são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Transferências	Alienações	Saldo Final
De serviço próprio								
Terrenos e edificios	41.123.732	363.627	-	(502)	-	1.609.357	-	43.096.214
Amortizações	(5.399.764)	-	(992.522)	48.769	-	-	-	(6.343.518)
	35.723.968	363.627	(992.522)	48.267	-	1.609.357	-	36.752.696
De rendimento								
Terrenos e edificios	27.546.463	148.074	-	(53.273)	65.700	(1.609.357)	(14.289.263)	11.808.344
Total	63.270.431	511.701	(992.522)	(5.006)	65.700	-	(14.289.263)	48.561.040

E nas rubricas de resultados:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Alterações de justo valor
De rendimento			
Terrenos e edificios	626.200	3.464	65.700
Total	626.200	3.464	65.700

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

9. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2016, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como se segue:

	Saldo Inicial		Aumentos				Depreciações + Imparidade			Saldo Final
	Valor Bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Aquisições	Beneficiações	Transferências e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Líquido
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
Equipamento Administrativo	10.399.749	9.254.469	1.145.280	547.207	-	-	-	491.153	-	1.201.335
Máquinas e Ferramentas	772.683	726.810	45.871	26.530	-	-	-	12.824	-	59.578
Equipamento Informático	4.300.511	3.639.817	660.694	279.611	-	-	-	270.286	-	670.019
Instalações interiores	1.083.894	1.018.681	65.215	-	-	-	-	16.304	-	48.911
Material de Transporte	271.368	213.317	58.051	18.475	-	-	(78.195)	38.287	78.195	38.239
Património Artístico	5.926.297	-	5.926.297	2.077	-	-	-	-	-	5.928.374
Outras imobilizações corpóreas	53.723	46.340	7.383	-	-	-	-	981	-	6.404
Imobilizações em curso	1.103.834	-	1.103.834	111.038	-	(363.627)	-	-	-	851.246
Total	23.912.060	14.899.434	9.012.627	984.938	-	(363.627)	(78.195)	829.834	78.195	8.804.104

10. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2016			2015		
	Afetos	Livres	Total	Afetos	Livres	Total
Caixa e equivalentes	11.324.160	-	11.324.160	11.524.026	-	11.524.026
Terrenos e edificios	48.007.240	553.800	48.561.040	62.716.632	553.800	63.270.432
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	-	846.268	846.268	17.500.000	18.346.268
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	1.433.412	-	1.433.412	2.132.451	-	2.132.451
Ativos financeiros disponíveis para venda	207.594.486	380.928	207.975.414	191.281.601	525.543	191.807.144
Empréstimos e contas a receber	467.406	3.424.780	3.892.186	10.722.617	4.148.324	14.870.941
Ativos a deter até à maturidade	25.595.578	-	25.595.578	25.086.887	-	25.086.887
Outros Ativos	174.158.547	-	174.158.547	157.823.981	-	157.823.981
Total	469.427.096	4.359.508	473.786.604	462.134.462	22.727.668	484.862.130

11. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 relativos a ativos intangíveis são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial			Amortizações do Exercício				Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido	Aquisições	Transferências	Reforço	Regularizações	Valor Líquido
Despesas com Aplicações Informáticas	578.005	(221.849)	356.156	-	3.205.817	(368.447)	-	3.193.527
Carteira de Negócios da Real Seguros	17.326.816	(8.808.498)	8.518.318	-	-	(967.923)	-	7.550.395
Despesas em edifícios arrendados	3.079.917	(764.943)	2.314.975	-	-	(504.907)	-	1.810.068
Projeto Lojas Mediadores	1.178.738	(401.832)	776.907	-	-	(235.748)	-	541.159
Activos Intangíveis em Curso	4.436.331	-	4.436.331	4.234.323	(3.205.817)	-	-	5.464.836
Total	26.599.808	(10.197.121)	16.402.686	4.234.323	-	(2.077.024)	-	18.559.984

No decorrer de 2016, a Companhia implementou uma nova solução informática de suporte às operações contabilísticas (SAP). O valor do projeto transferido de ativo em curso para ativo firme ascendeu a 3,2 milhões de euros. De referir que, a amortização deste intangível está a ser efetuada em 10 anos, atendendo a que se caracteriza por ser o novo *core* financeiro da Companhia.

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividades empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O valor remanescente do valor da carteira da Real será amortizado como segue:

Ano	Amortizações
2017	936.950
2018	840.300
2019	764.823
2020	707.265
2021	664.997
2022	634.878
2023	567.024
2024	507.274
2025	437.047
2026	363.463
2027	355.813
2028	322.128
2029	373.711

O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Companhia, como segue:

	em milhares de euros
	2016
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
Total	18.674

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	2016	2015
Devedores por operações de seguro directo	53.725.338	46.246.053
Devedores por operações de resseguro	4.415.030	4.662.659
Outros devedores	15.603.512	13.957.985
	73.743.880	64.866.697
Imparidade	(8.280.950)	(4.211.725)
Total	65.462.930	60.654.971

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 40.285.530 (2015: Euros 38.407.825), referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver Nota 14).

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	2016			
	Saldo Inicial	Aumentos/Reduções	Utilização	Saldo Final
Perdas por imparidade em contas do ativo				
Devedores por operações de seguro direto	742.937	3.441.054	(184.018)	3.999.973
Devedores por operações de resseguro	-	297.335	-	297.335
Devedores por outras operações	3.468.788	514.854	-	3.983.642
	4.211.725	4.253.243	(184.018)	8.280.950

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização.

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

Reembolsos	2016	2015
Em aberto com menos de 1 ano	2.526.031	1.313.332
Em aberto com mais de 1 ano	540.146	1.412.227
Total	3.066.177	2.725.559

Os valores dos prémios associados a contratos com garantias suspensas são os seguintes:

	2016	2015
Lusitania	2.125.198	2.344.697
Total	2.125.198	2.344.697

13. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os outros credores por operações de seguros e outras operações são analisados como segue:

	2016	2015
Credores por operações de seguro directo	10.086.149	9.029.267
Credores por operações de resseguro	10.784.587	4.976.900
Outros credores	4.300.813	3.802.754
Total	25.171.549	17.808.921

No final de 2016, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 3.922.821, relativo a valores a pagar a mediadores a título de remunerações de mediação.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	2016	2015
Receita processada antecipadamente	40.285.530	38.407.826
Remuneração de férias, subsidio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3.177.977	3.350.387
Outros acréscimos e diferimentos	1.693.188	3.451.818
Total	45.156.695	45.210.031

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguros cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda refletida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver Nota 12).

15. Provisões

A rubrica provisões é analisada como segue:

	2016			
	Saldo Inicial	Aumentos/Reduções	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões				
Outras provisões	7.780.178	(1.070.957)	(5.830.217)	879.004
	7.780.178	(1.070.957)	(5.830.217)	879.004

No ano de 2016, com o lançamento, pelo Governo Português, do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (Plano PERES), a Companhia decidiu substituir parte das garantias bancárias emitidas a favor da Autoridade Tributária com a adesão ao referido programa, na medida em que, desta forma, limita, em definitivo, o valor das contingências associadas aos processos em causa, assim como vê reduzido o montante de juros e coimas, caso as disputas em tribunal não tenham um desfecho que lhe seja favorável.

Em resultado desta adesão foram utilizadas as provisões associadas às matérias abrangidas por este pagamento. O Conselho de Administração mantém a convicção nos seus argumentos pelo que os processos seguem o seu rumo em tribunal.

Assim, parte da diminuição ocorrida na rubrica Outras provisões no montante de 3,9 milhões de euros, deve-se ao facto da Companhia ter procedido ao pagamento integral dos processos em execução fiscal, procedendo à utilização da referida provisão.

16. Imposto sobre o rendimento

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2016 foi apurado pela Companhia com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como se segue:

	2016		2015	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos a recuperar/(a pagar)	147.140	-	546.529	-
IRS - Retenções na Fonte	-	(528.119)	-	(439.365)
IVA - a recuperar/(a Pagar)	-	(4.273)	-	(42.950)
Imposto do Selo	-	(1.386.711)	-	(1.281.079)
ANPC	-	(434.074)	-	(426.931)
INEM	-	(412.639)	-	(402.321)
ASF	-	(216.948)	-	(218.458)
FAT	-	(7.287.385)	-	(6.551.088)
FGA e PR	-	(277.342)	-	(280.704)
Outros Impostos e Taxas	-	(36.002)	-	(35.753)
Segurança Social	-	(335.503)	-	(303.226)
Total impostos correntes	147.140	(10.918.996)	546.529	(9.981.876)

Em 31 de dezembro de 2016, estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de Euros 396 mil, que corresponde às tributações autónomas, uma vez que a Companhia apresenta prejuízos fiscais.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício é o seguinte:

	2016	2015
Imposto corrente	396.002	340.476
Imposto diferido	(574.590)	(5.255.543)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(178.588)	(4.915.067)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como se segue:

	2016		2015	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Resultado antes de impostos		(8.579.134)		(48.084.772)
Taxa nominal IRC		21%		21%
IRC sobre o resultado antes de impostos		1.801.618		10.097.802
Custo do IRC		178.588		4.915.067
Imposto corrente		(396.002)		(340.476)
Imposto diferido		574.590		5.255.543
Diferença entre a taxa nominal e efetiva		(1.623.030)		(5.182.735)
Ajustamentos Fiscais				
Amortizações e reintegrações	(287.247)	(73.248)	(211.512)	(53.936)
Dividendos de acções afetadas a provisões técnicas	78.449	16.474	378.506	79.486
Tributações autónomas		(396.002)		(340.476)
Multas e coimas	(40.567)	(8.519)	(3.636)	(764)
Mais/Menos valias contabilísticas	(757.621)	(159.100)	458.259	96.234
Benefícios fiscais	117.605	24.697	98.562	20.698
Outros Ajustamentos (Inclui prejuízos fiscais não utilizados)	(4.892.057)	(1.027.332)	(19.545.015)	(4.983.979)
Imposto sobre o rendimento reconhecido em resultados		178.588		4.915.067
Taxa imposto efetiva		-2,1%		-10,2%

Os impostos diferidos reconhecidos no balanço são como se segue:

	2016	Varição reconhecida em resultados	Varição em Capitais Próprios e outros ajustamentos	2015
Impostos diferidos Ativos	18.232.386	1.450.899	43.469	16.738.018
Por diferenças temporárias	6.581.907	321.820	43.469	6.216.618
Provisões não aceites	1.021.594	(90.073)	-	1.111.667
Perdas por imparidade	4.020.466	421.510	-	3.598.957
Reserva de reavaliação de justo valor	1.366.536	-	68.515	1.298.021
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	173.311	(9.617)	(25.046)	207.973
Por prejuízos fiscais	11.650.479	1.129.079	-	10.521.400
Reporte de prejuízos (2012)	1.027.543	(47.284)	-	1.074.828
Reporte de prejuízos (2013)	1.308.745	-	-	1.308.745
Reporte de prejuízos (2014)	1.560.280	-	-	1.560.280
Reporte de prejuízos (2015)	6.577.548	-	-	6.577.548
Reporte de prejuízos (2016)	1.176.364	1.176.364	-	-
Impostos diferidos passivos	(876.310)	(876.310)	-	-
Por diferenças temporárias	(876.310)	(876.310)	-	-
Imóveis	(876.310)	(876.310)	-	-
Impostos diferidos Ativos / (Passivos) líquidos	17.356.076	574.590	43.469	16.738.018

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são os seguintes:

	2016		2015	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
2017	4.893.063	1.027.543	5.118.229	1.074.828
2018	6.232.119	1.308.745	6.232.119	1.308.745
2026	7.429.905	1.560.280	7.429.905	1.560.280
2027	31.321.652	6.577.548	31.321.652	6.577.547
2028	5.601.731	1.176.364	-	-
Total	55.478.470	11.650.479	50.101.905	10.521.400

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, ficando, porém, prejudicada a dedução de parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução. Em 2016, dado que se estima que se venha a verificar um prejuízo fiscal, não foi possível deduzir qualquer montante de reporte de prejuízo fiscal.

Nesta base, existem ativos contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de Euros 3.385.505 e Euros 5.150.525 referente a prejuízos fiscais de 2012 e 2013, respetivamente. De referir que nas contas da Companhia encontram-se reconhecidos ativos por impostos diferidos nos montantes referidos no quadro acima, em conformidade com o *business plan* 2017-2021.

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras foi mensurada tendo por base o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Para o período de 2017 a 2021 a este documento estão associados os seguintes pressupostos:

Base Plano Negócio 2017-2021	2016	2015
Taxa de desconto	11,55%	10,27%
Taxa perpétua	2,15%	2,00%
Taxa Crescimento dividendos	2,15%	2,00%

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia remeteu um pedido à Autoridade Tributária solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Em resposta a este pedido, a Autoridade Tributária estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. Nesta base, existe um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados. Adicionalmente, a Companhia utilizou o montante de cerca de Euros 3,5 milhões de prejuízos em anos anteriores tendo a Autoridade Tributária contestado esta situação.

O Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, aprovou um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à Segurança Social (PERES). A adesão a este regime mediante o pagamento integral das dívidas permite, entre outros benefícios, a dispensa de pagamentos dos juros compensatórios e dos juros de mora. Por outro lado, encontra-se salvaguardado que a adesão a este regime não implica, juridicamente, a aceitação da legalidade fiscal da matéria de direito em litígio, nem prejudica a manutenção do contencioso fiscal, o qual seguirá o curso normal. Após análise detalhada, a Companhia optou por aderir a este regime excecional, mediante um pagamento total de cerca de 3,9 milhões de euros, o qual implicou uma redução das contingências fiscais no mesmo montante.

Em dezembro de 2016, a Companhia, no âmbito do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), ao aderir a este programa, procedeu ao pagamento do montante total dos processos em execução fiscal à data, valor que ascendeu a 3,9 milhões de euros.

17. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	2016	2015
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos emitidos
Seguro Direto		
Acidentes e Doença	64.217.610	61.446.412
Incêndio e Outros Danos	41.840.203	41.905.175
Automóvel		
Responsabilidade Civil	44.361.091	45.045.415
Outras Coberturas	23.758.265	23.578.193
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.892.149	6.151.363
Responsabilidade Civil Geral	5.123.851	4.678.321
Crédito e Caução	170.622	160.597
Proteção Jurídica	1.168.555	1.206.955
Assistência	343.525	417.046
Diversos	208.934	211.835
Total	185.084.804	184.801.312
Resseguro Aceite	2.047.513	3.074.367
Total Geral	187.132.317	187.875.679

18. Rendimentos / Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2016	2015
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Juros	-	5.886
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Dividendos	137.212	739.283
Juros	743.001	1.879.854
Ativos financeiros detidos até à maturidade	1.525.927	827.150
Depósitos à ordem e a prazo	3.080	214.874
Outros	646.929	1.962.014
Total	3.056.149	5.629.062

19. Gastos financeiros

A rubrica gastos de gestão inclui os custos diretos de financiamento, bem como os custos de financiamento imputados à função gestão de investimentos (Ver Nota 21).

Durante o exercício de 2016, a Companhia registou custos de financiamento no valor de Euros 1.108.386 (2015: Euros 669.398) relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de Euros 18,5 milhões. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Montepio Geral Associação Mutualista e

Caixa Económica Montepio Geral por, respetivamente, Euros 16 milhões e Euros 2,5 milhões.

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em investimentos não valorizados ao justo valor através de resultados, por via da respetiva alienação e reajustamentos, são analisados como se segue:

	2016	2015
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.881.254	695.102
Investimentos a deter até à maturidade	-	(719)
Total	2.881.254	694.382

Os ganhos e perdas realizados em investimentos valorizados ao justo valor através de resultados, por via da respetiva alienação e reajustamentos, são analisados como se segue:

	2016	2015
Ativos Financeiros detidos para negociação		
Perdas	-	-
Ganhos	-	-
Ativos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas		
Perdas	(699.039)	(441.474)
Ganhos	-	-
Total	(699.039)	(441.474)

21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos a imputar são os seguintes:

	2016	2015
Gastos com Pessoal	22.304.865	21.402.951
Fornecimento e serviços externos	11.834.611	13.021.516
Impostos e taxas	2.199.561	1.866.303
Amortizações do exercício	3.678.379	3.662.108
Provisões	-	-
Juros suportados	1.262.044	843.508
Comissões	557.485	471.553
Total	41.836.945	41.267.938

Os custos imputados às funções são os seguintes:

	2016			2015		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	11.442.446	-	11.442.446	11.414.349	-	11.414.349
Custos de aquisição	16.971.346	-	16.971.346	16.846.436	-	16.846.436
Custos administrativos	11.538.691	-	11.538.691	11.629.785	-	11.629.785
Custos de gestão dos investimentos	1.854.251	30.211	1.884.462	1.242.039	135.330	1.377.368
Total	41.806.734	30.211	41.836.945	41.132.609	135.330	41.267.938

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como se segue:

Fornecimento e serviços externos	2016	2015
Trabalhos especializados	4.183.552	4.210.662
Rendas e Alugueres	3.036.975	2.762.878
Comunicações	1.380.621	1.705.691
Conservação e Reparação	504.385	776.318
Publicidade e Propaganda	450.211	1.023.937
Deslocações, estadas e despesas de representação	305.965	297.884
Impressos	82.529	96.843
Material de escritório	20.895	39.264
Quotizações	175.341	169.681
Custos com cobrança de prémios	299.384	300.409
Seguros	131.290	161.197
Contencioso e Notariado	22.592	21.770
Eletricidade	299.468	361.462
Limpeza, higiene e conforto	241.748	320.076
Vigilância e segurança	178.196	185.945
Outros	521.458	587.499
Total	11.834.611	13.021.516

A rubrica de trabalhos especializados inclui os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, no montante de Euros 142.000 (2015: Euros 142.000), como segue:

Rubrica	2016 Valor
Revisão legal das contas	132.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	10.000
Total	142.000

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade respeita ao reporte sobre os sistemas de controlo interno e gestão de riscos e reporte prudencial.

22. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 o quadro de pessoal total era composto por 511 colaboradores, encontrando-se ao serviço 503, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2016	2015
Dirigente		
Diretor	16	16
Gestor Técnico	27	26
Gestor Operacional	20	20
Gestor Comercial	10	10
Técnico	64	76
Coordenador Operacional	81	85
Especialista Operacional	271	284
Auxiliar Geral	13	17
Estagiário	1	1
Total	503	535

Considerando a mobilidade ocorrida, o ano de 2016 encerrou com um número médio de 527 colaboradores.

Os custos com pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	2016	2015
Remunerações		
dos órgãos sociais	618.086	662.052
do pessoal	15.149.195	15.123.117
Encargos sobre remunerações	3.910.683	3.797.390
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	208.172	246.021
Planos de benefícios definidos	74.654	222.100
Benefícios de cessação de emprego	1.406.791	571.525
Seguros obrigatórios	333.946	352.858
Gastos de ação social	445.559	343.751
Outros gastos com pessoal	157.780	84.139
Total	22.304.865	21.402.951

23. Obrigações com benefícios dos empregados

A Lusitania atribui dois planos de benefício definido:

- Um Plano de Pensões de Benefício Definido previsto no CCT para a atividade seguradora publicado no Boletim de Trabalho nº 32, de 29 de agosto de 2008, para os participantes do Fundo que não aderiram ao novo CCT e para os beneficiários pensionistas conforme normas de regulamentação coletiva aplicáveis à data de reforma e,
- Um plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia-Geral.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania.

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 1.962.282, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2016, 348 participantes ativos.

As responsabilidades da Companhia relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas pelos dois planos de Benefício Definido.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2016 e 2015, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores (Plano 1) e Administradores (Plano 2) são as seguintes:

Pressupostos Demográficos	Plano 1		Plano 2	
	2016	2015	2016	2015
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GKF 80	GKF 80
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver quadro 1	66 anos	ver quadro 1	66 anos

Quadro 1		
Data de nascimento		Idade Normal de Reforma
Desde	Até	
	31-01-1959	66
01-02-1959	31-01-1970	67
01-02-1970	31-01-1981	68
01-02-1981	31-01-1992	69
01-02-1992		70

Pressupostos Financeiros	Plano 1		Plano 2	
	2016	2015	2016	2015
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	1,50%	2,00%	1,50%	2,00%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	1,50%	2,00%	1,50%	2,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,50%	2,00%	1,50%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	1,25%	2,00%	1,25%

A *duration* das responsabilidades é cerca de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	26	30
Reformados	73	78
Total	99	108

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são os seguintes:

	2016	2015
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço	(B)	(A)
Responsabilidades em 31 de dezembro		
Pensionistas	(2.673.765)	(3.063.818)
Ativos	(3.773.302)	(3.911.094)
Total	(6.447.067)	(6.974.912)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	4.410.634	4.650.695
Ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro	(2.036.433)	(2.324.217)

No final de 2016 e de 2015, a evolução das responsabilidades é a seguinte:

	2016	2015
Responsabilidades em 1 de janeiro	6.974.912	7.551.651
Custo do serviço corrente	40.740	34.689
Custo dos juros	102.160	151.033
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	308.684	(76.976)
Benefícios pagos pela Lusitania	(728.020)	(645.880)
Benefícios pagos pelo Fundo	(251.409)	(271.910)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	164.178
Pre-reformas	-	68.127
Responsabilidades em 31 de dezembro	6.447.067	6.974.912

A evolução dos ativos do fundo de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como se segue:

	2016	2015
Saldo do fundo em 1 de janeiro	4.650.695	4.758.735
Rendimento esperado	68.249	95.175
Ganhos e (perdas) actuariais	(56.901)	(72.057)
Contribuições	-	40.000
Transferência PIR Sinapsa	-	100.752
Benefícios pagos	(251.409)	(271.910)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	4.410.634	4.650.695

O Fundo de Pensões detém ainda uma quota-parte relativa ao Plano de Contribuição Definida que ascende a Euros 1.856.051, totalizando o Fundo, com referência a 31 de dezembro de 2016, o valor de Euros 6.266.685 (2014: Euros 6.460.030).

Durante o exercício não houve transações entre o Fundo e o Associado.

Os ganhos e perdas atuariais em 2016 e 2015 são os seguintes:

	2016	2015
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro	(1.086.170)	(1.091.090)
Ganhos e (perdas) actuariais		
nas responsabilidades	(308.684)	76.976
nos activos do plano	(56.901)	(72.056)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(1.451.755)	(1.086.170)
Variação do Ano	(365.585)	4.920

Os ativos e passivos líquidos são apresentados como se segue:

	2016	2015
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro	2.324.216	2.792.916
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	308.684	(76.976)
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	56.901	72.057
Encargos do ano:		
Custo do serviço corrente	40.742	34.689
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	33.912	55.858
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	63.426
Benefícios pagos pela Lusitania	(728.020)	(645.880)
Contribuições	-	(40.000)
Pre-reformas	-	68.127
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro	2.036.435	2.324.216

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como se segue:

	2016	2015
Custo do serviço corrente	40.742	34.689
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	33.912	55.858
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	63.426
Pre-reformas	-	68.127
Custos do exercício	74.654	222.100

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2016	2015
Fundos de investimento	152.091	136.605
Ações e Títulos de rendimento fixo	4.100.591	4.380.338
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	2.014.003	1.943.087
	6.266.685	6.460.030
Do qual:		
Benefício definido	4.410.634	4.650.696
Contribuição definida	1.856.051	1.809.334
	6.266.685	6.460.030

Não existem no fundo de pensões instrumentos financeiros emitidos por partes relacionadas.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	2016		2015	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros			
	-0,25%		0,25%	
	Euros	Euros	Euros	Euros
Taxa de desconto	113.708	-108.909	110.708	-106.100
Taxa de crescimento dos salários	-14.623	15.570	-16.649	17.639
Taxa de crescimento das pensões	-87.813	90.872	-51.374	52.910
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	3.433	-3.439	2.626	-3.146

	2016		2015	
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos			
	-1 ano		+1 ano	
	Euros	Euros	Euros	Euros
Alteração da tábua de mortalidade	264.662	-253.889	157.119	-93.339

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2016, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 208.172 (2015: Euros 246.441).

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Companhia procedeu ao reconhecimento desta responsabilidade.

24. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros rendimentos e gastos técnicos o assumiram os seguintes valores:

	2016	2015
Reavaliação de imóveis de rendimento	65.700	1.437.523
Outros rendimentos / gastos técnicos	187.564	(4.180.419)
Total	253.264	(2.742.896)

A rubrica Outros rendimentos/gastos técnicos, inclui na sua maioria montante referente a comissões de gestão de Cosseguro.

25. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros rendimentos e gastos registaram o seguinte:

	2016	2015
Ofertas a Clientes	(208.439)	(242.313)
Despesas confidenciais	(11.204)	(6.171)
Valia por alienação de activos tangíveis	(94.069)	(1.110.346)
Outros rendimentos/gastos	950.190	(73.597)
Total	636.478	(1.432.426)

26. Capital e outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2016, a totalidade do capital da Companhia está representado por 10.000.000 ações nominativas de valor nominal de 12.500.000 de euros, integralmente subscrito e realizado.

A 31 de Março de 2014, a Assembleia Geral da Lusitania aprovou um aumento de capital social, reservado para acionistas, de 26 milhões de euros para 50 milhões de euros através da emissão de 4.800.000 novas ações com um valor nominal unitário de 5 euros com um ágio de 2,60 por ação. Este aumento foi verificado por novas entradas resultantes da conversão em capital de prestações acessórias sob a forma de prestações de capital e por entradas em dinheiro (2.295 euros). Nessa data, foi também aprovada a redução do capital social, de 50 milhões de euros para 12,5 milhões de euros, através da redução do valor nominal da totalidade das ações representativas do capital social de 5 euros para 1,25 euros para cobertura dos resultados transitados negativos. Adicionalmente foi também aprovado a utilização de outras reservas incluindo a reserva de premio de emissão para a cobertura do remanescente resultado transitado negativo. Estas operações foram realizadas em junho de 2014.

Em 2015, a Lusitania Companhia de Seguros, S.A. recebeu a título de prestações suplementares da Montepio Seguros, S.G.P.S. o montante de 61.500.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

A estrutura acionista da Companhia é como se segue:

	2016	2015
Montepio Seguros, SGPS, S.A.	96,78%	96,77%
Restantes Acionistas	3,22%	3,23%
Total	100,00%	100,00%

27. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva por revalorização de outros ativos tangíveis considera o montante das revalorizações efetuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva é analisada como se segue:

	2016	2015
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	228.084.574	209.698.115
Imparidade	(15.766.535)	(14.113.555)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	212.318.039	195.584.560
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	207.975.414	191.807.144
Reserva de Justo valor de ativos disponíveis para venda	(4.342.625)	(3.777.416)
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(1.016.337)	(1.312.860)
Reserva de justo valor	(5.358.962)	(5.090.277)
Impostos diferidos e correntes	1.366.536	1.298.021
Reserva de reavaliação líquida de impostos	(3.992.426)	(3.792.256)

b) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

c) Reservas estatutárias

São constituídas, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

d) Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

28. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2016	2015
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	(8.400.546)	(43.169.705)
Número médio ponderado das ações em circulação (unidades)	10.000.000	10.000.000
Resultado por ação (euros)	(0,84)	(4,32)

29. Dividendos

Não houve distribuição de dividendos em 2016 relativamente ao resultado apurado no exercício de 2015.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia-Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

30. Transações entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Lusitania as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista, bem como os membros dos órgãos de gestão e o Fundo de Pensões. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral. A empresa-mãe da Companhia é a Montepio Seguros, SGPS, S.A.

No desenvolvimento da sua atividade, a Lusitania efetua transações com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

Montepio Seguros, SGPS, S.A

No final do exercício de 2013, o Grupo Montepio procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos.

A Montepio Seguros, SGPS, tem como acionista o Montepio Geral – Associação Mutualista.

No âmbito da reorganização referida, a Montepio Seguros, SGPS passou a ser titular das prestações acessórias anteriormente concedidas à Companhia pelo Montepio Geral – Associação Mutualista e pela Caixa Económica Montepio Geral no montante global de Euros 44,6 milhões (2015: Euros 44,6 milhões)

Durante 2014, a Montepio Seguros alienou à BPN SGPS, a Montepio Mediação pelo preço de 1.850.000 euros, livre de qualquer encargo.

Na base desta operação ficou, ainda, acordado que o valor em dívida naquela data seria objeto de um plano de amortizações a 3 anos com vencimento anual de juros. No final do exercício de 2016 o montante ascendeu a 2.528.487 euros, considerando os juros vencidos e não pagos e os juros de mora no montante total de 403.585 euros (2015: juros de 403.585 euros e capital de 2.528.487 euros).

Em 2015, a Montepio Seguros, SGPS entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 61.500.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Montepio Geral Associação Mutualista

Em 2014 a Montepio Geral Associação Mutualista adquiriu a totalidade das obrigações (18.000.000 euros) à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A, tendo sido integralmente reembolsadas em dezembro.

Em 31 de dezembro de 2014, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 9.000.000, emitido pela Lusitania.

Em 31 de dezembro de 2015, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 7.000.000, emitido pela Lusitania.

Caixa Económica – Montepio Geral

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 2.500.000, emitido pela Lusitania.

Os encargos da Lusitania com a cedência de pessoal da CEMG durante o ano 2016, ascenderam a Euros 230.100.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida diretamente em 99,8% pelo Montepio Seguros, SGPS, S.A.

Em 2009, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, em novembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2009, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

Em 2014 a Montepio Geral - Associação Mutualista adquiriu a totalidade das obrigações à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Companhia de Seguros, S.A. detém 5.000.000 de obrigações subordinadas com prazo indeterminado da Lusitania Vida, S.A. cujo justo valor se encontra reconhecido, em 31 de Dezembro de 2016, pelo montante de 1.976.550 euros, implicando uma desvalorização, em reservas, de 982.450 euros.

N Seguros, SA

A N-Seguros é uma seguradora do ramo Não Vida, designadamente o ramo automóvel, que é detida a 100% pela Lusitania. No decorrer de 2016, por via da celebração de um contrato de compra e venda de ações, a N Seguros passou a ser detida a 100% pela Montepio Seguros, SGPS, S.A.

Sociedade Portuguesa de Administrações, SA

A SPA é detida a 80,63% pela Lusitania, tendo como objeto social a administração de propriedades e a aquisição de imóveis para revenda.

Durante o ano de 2015, vendeu à Montepio Geral Associação Mutualista a Quinta de Miramar. O empréstimo hipotecário com a Lusitania no montante de 9.672.000 euros foi totalmente liquidado.

No decorrer de 2016, a Companhia procedeu à aquisição de um imóvel à SPA no montante de 138.000 Euros.

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais são analisadas como segue:

Nome/Cargo	2016		2015	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Eduardo José Silva Farinha / Presidente Conselho Administração	56.000	14.107	-	-
Fernando Dias Nogueira / Vice-Presidente	241.794	60.268	241.794	60.268
Artur Luís Martins / Administrador	208.530	52.035	208.530	52.035
Pedro Miguel Libano Monteiro / Administrador a)	181.420	45.149	60.473	15.391
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador b)	330	82	27.720	7.285
Paulo José Martins Jorge Silva / Administrador c)	119.160	29.704	-	-
Manuel da Costa Bráz / Presidente do Conselho Fiscal cessante d)	-	-	4.500	-
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Presidente do Conselho Fiscal	4.500	-	3.500	-
Gabriel Mesquita Gabriel / Vice-Presidente do Conselho Fiscal	3.500	-	3.500	-
Paula Alexandra Flores Noia da Silveira / Efetivo do Conselho Fiscal	3.500	-	-	-
Total	818.734	201.345	550.017	134.979

Acresce informar que, dos montantes com cedência de pessoal da CEMG, suportados pela Lusitania (montante total de 230.100 euros) em 2016, estão considerados para remunerações, encargos e outros, os seguintes valores por Administrador:

- Pedro Miguel Libano Monteiro 226.569 euros
- Virgílio Manuel Boavista Lima 412 euros

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2015 e que foi liquidado ou colocado à disposição em março de 2016. Os valores referentes ao exercício de 2016, que são pagos ou colocados à disposição em março de 2017, são Euros 4.500 e Euros 3.500 para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respetivamente.

Em 2016, no que respeita aos Administradores não houve lugar a qualquer contribuição. Relativamente ao PIR o montante contribuído referente a Administradores ascendeu a 1.123,85 Euros.

Remunerações e encargos dos Diretores (em euros):

DIRECTORES - De acordo com a estrutura a 31 de dezembro de 2016 Diretores 15 (2015/16)	2016		2015	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
	1.164.479	304.278	1.198.854	313.178
Total	1.164.479	304.278	1.198.854	313.178

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como se segue:

Designação da Contas	(milhares de euros)													
	C.E.M.G		M.G.A.M		MONTEPIO SEGUROS, S.G.P.S.		LUS. VIDA C.S., S.A.		S.P.A, S.A.		N-Seguros		Bolsimo	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contas Activo	22.069	25.973	-	-	4.751	5.491	1.986	2.969	590	801	17	17.554	244	12.333
Depósito à ordem	10.132	4.643	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções/Quotas	-	-	-	-	4.750	5.491	-	-	590	590	-	17.500	244	223
Depósitos a Prazo	5	10.005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170	-	-	-	-
Obrigações	11.890	11.283	-	-	-	-	1.986	2.969	-	-	-	-	-	12.110
D.C.D. - C/Corrente	42	42	-	-	1	-	-	-	-	41	17	54	-	-
Contas Passivo	2.500	2.500	16.000	16.000	106.161	106.161	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	2.500	2.500	16.000	16.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acess.Capital	-	-	-	-	106.161	106.161	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Corrente Caucionada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos	3.684	8.714	216	1.336	-	-	168	180	2	-	-	120	240	563
Custos	4.757	5.273	1.061	620	-	-	753	561	34	34	-	-	1	-

Montepio Geral - Caixa Económica Montepio Geral
M.G.A.M. - Montepio Geral - Associação Mutualista
Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A.
LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A
S.P.A, S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

31. Compromissos Financeiros

Durante o ano de 2016 e 2015, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2016	2015
Montepio	466.943	301.219
GEFleet	38.602	112.055
Leaseplan	12.479	134.474
Outros	-	841
Total	518.024	548.589

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

2016	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	501.050	464.282	222.436	1.187.768
2015	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	21.554	27.747	1.358.484	1.407.785

A Companhia registou ainda durante o ano de 2016, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2016	2015
Xerox	106.126	111.189
Iten Solutions	5.398	22.173
Total	111.524	133.362

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

2016	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	203.888	124.888	37.291	366.067
2015	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	162.016	162.017	87.018	411.051

No que respeita a contratos de locação financeira, durante o ano de 2016 e 2015, a Companhia registou os seguintes montantes:

Entidade	2016	2015
Millennium BCP		
- Gastos com Juros	7.171	9.449
- Amortização Capital	56.744	54.507
Total	63.915	63.956

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de locação financeira está indicada no mapa a seguir apresentado:

2016	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	63.983	88.703	-	152.686
2015	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	63.983	63.983	88.703	216.668

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2016 a Euros 2.665 (2015: Euros 52.244).

32. Passivos contingentes

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2016 ascendiam a Euros 5.945 milhares: (i) processos fiscais Euros 5.923 milhares (ver nota 16. Imposto sobre o rendimento) e, (ii) processos de sinistros Euros 22 milhares (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável).

Em virtude da adesão ao PERES (nota 15 e 16), em janeiro de 2017 as garantias bancárias para processos fiscais foram canceladas na sua totalidade, por extinção da dívida fiscal.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

33. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não se conhecem à data de elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

34. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos

segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma

continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que "outras divulgações" exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Companhia não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de Dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de Setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Companhia.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("*Bearer Plants*") (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);

Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);

Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).

Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

A Companhia não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de Setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de Janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício : 2016

Companhia : LUSITANIA Companhia de Seguros, S.A.

Anexo 1

ISIN	DESIGNAÇÃO	QUANTID.	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO UNITÁRIO	TOTAL
BX1A10E	BARCLAYS BANK		14.200.000,00		15,43	2.191.034,44	0,57	80.940,00
BE0000337460	BGB 1 06/22/26		2.000.000,00	100,00	104,75	2.094.322,99	104,29	2.085.880,00
IT0005356541	CRTS		1.000.000,00	100,00	101,10	1.011.007,70	102,12	1.021.200,00
PTCON30E0005	CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%)		3.930,53	100,00	57,04	2.241,97	89,00	3.488,87
PTCON30E0006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)		8.474,58	100,00	49,00	4.152,54	65,50	5.550,85
DE0001102408	DBR 0 08/15/26		2.500.000,00	100,00	98,31	2.457.703,04	98,03	2.450.650,00
EU000A1G00H5	EFSS 0 4 05/31/26		2.000.000,00	100,00	99,71	1.994.125,99	99,42	1.988.400,00
FR0013219177	FRTR 0 05/25/22		2.500.000,00	100,00	100,98	2.524.957,18	100,67	2.516.800,00
FR0013200813	FRTR 0 25 11/25/26		2.500.000,00	100,00	96,34	2.408.451,33	95,84	2.396.100,00
FR0010517417	FRTR 4 25 10/25/17		34.600.000,00	100,00	109,13	37.436.431,02	104,10	36.017.908,00
IE00080LLE38	IRISH 5 5 18/10/17		2.000.000,00	100,00	107,65	2.153.980,00	104,89	2.097.800,00
NL0010661930	NETHER 0 5 04/15/17		24.600.000,00	100,00	101,13	24.877.039,99	100,33	24.679.950,00
PTOTVIOE0006	PGB 2 11/30/21		287.000,00	100,00	100,31	287.895,44	101,02	289.938,88
PTOTETOE0012	PGB 2 8/5 07/21/26		4.000.000,00	100,00	96,00	3.839.831,22	92,97	3.718.600,00
PTOTEROE0014	PGB 3 8/5% 02/15/30		2.900.000,00	100,00	96,15	2.692.173,41	95,78	2.681.700,00
PTOTEMOE0027	PGB 4 7/5 06/14/19 DV		1.850.000,00	100,00	110,41	2.042.611,12	109,46	2.025.010,00
AT000041K9C8	RAGE 0 75 10/20/26		1.000.000,00	100,00	103,40	1.034.000,53	103,10	1.031.000,00
AT0000408924	RAGE 4 30 03/15/17		13.300.000,00	100,00	107,65	14.317.707,00	103,47	13.780.845,00
ES00000128H5	SPGB 1 30 10/31/26		3.000.000,00	100,00	99,52	2.985.480,10	99,23	2.976.750,00
XS0209138244	ARGENT 0 12/15/35		1.085.833,00	100,00	14,26	154.791,50	7,82	84.912,14
XS0205537581	ARGENT 1 2 12/38		833,00	100,00	14,26	118,75	57,35	477,73
XS0191752434	BAC Float 05/06/19		300.000,00	100,00	100,18	300.492,00	101,90	305.705,00
XS0214398199	BACR 4 75 03/29/49		1.000.000,00	100,00	97,45	974.500,00	92,73	927.310,00
PTB5SGOE0009	BRCOR 5 8/5% 04/02/2018		1.000.000,00	100,00	106,47	1.064.666,07	108,39	1.083.590,00
XS0185490834	C Float 02/10/19		1.000.000,00	100,00	99,63	996.300,00	100,00	1.000.490,00
PTCMKLE0004	C E Montepio Geral Obra Subordinadas		13.000.000,00	100,00	100,00	13.000.000,00	91,90	11.830.000,00
PTGALJDE0008	GALP 3 01/14/21		1.100.000,00	100,00	99,30	1.092.316,37	104,76	1.152.305,00
XS1173867323	GS 0 26/07/22		500.000,00	100,00	100,81	504.033,61	101,60	508.015,00
XS1458408306	GS 0 27/07/2021		130.000,00	100,00	101,46	131.903,43	101,65	132.139,80
XS1240146891	GS 0 29/05/2020		370.000,00	100,00	99,86	369.467,00	100,55	372.031,30
XS0194805423	KAUP 0 06/30/14		239.000,00	100,00	1,00	2.390,00	0,00	2,39
PTLVA4DE0008	OBRIJS SUB. Plazo Indeterminado LUSITANIA VIDA		5.000.000,00	100,00	100,00	5.000.000,00	99,53	1.976.590,00
PTN05BCE0004	INOSPL 0 28/03/22		100,00	100,00	99,84	200.000,00	99,84	199.670,00
XS0189861078	PELICAN MORTGAGES - 03/37 (OBG)		6.974,82	100,00	100,39	7.001,70	99,47	6.937,94
PTGRPEOE0000	PESTA 3 95 07/15/22		2.700.000,00	100,00	99,24	2.679.480,00	98,88	2.669.625,00
XS0221854200	PORTEL 4 1/2 06/16/25		500.000,00	100,00	99,63	498.150,00	30,43	152.155,00
XS1075313517	SANTAN FLOAT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	99,61	896.490,00
XS0202197694	SANTAN FLT 49		15.000,00	100,00	60,00	9.000,00	59,04	8.856,00
PTSDRAOE0004	SAUDICR FLT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	100,38	903.402,00
XS0265904293	STROIKA FINANCE 3.1 06/19		8.333.000,00	100,00	99,39	8.241.132,23	99,84	8.193.000,00
XS1144084098	T 01/6 04/19		1.000.000,00	100,00	100,31	1.003.056,46	100,57	1.005.660,00
XS0283056215	TELEFO FLT 18		600.000,00	100,00	98,11	588.631,81	99,68	598.068,00
PTOTEOYE0007	PGB 3 85 04/15/21		1.000.000,00	100,00	97,88	978.800,00	90,07	900.736,02
PTOTENOE0018	PGB 4 45 06/15/18		3.750.000,00	100,00	92,30	3.461.250,00	97,41	3.652.711,50
PTOTEMOE0027	PGB 4 75 06/14/19		2.250.000,00	100,00	90,38	2.033.950,00	96,07	2.161.608,78
PTOTEOCE0029	PGB 4 8 06/15/20		11.775.360,00	100,00	88,09	10.373.313,42	94,45	11.122.095,23
PTCFPAOM0002	CAMFER 4 17 10/19		5.500.000,00	100,00	98,83	5.435.500,00	88,83	4.885.480,82
XS0230215748	PARFUB 3 55 08/22/20		2.500.000,00	100,00	98,15	2.454.700,00	92,51	2.315.882,08
920910022001	CLINICA SERV. MEDICOS COMPUTORIZADOS DE BELEM	51.465,00			4,99	256.706,34	4,99	256.706,34
921910000501	SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRACOES (ACC)	80.632,00			7,31	589.561,17	7,31	589.561,17
921910012201	EUROMINAS (ACC)	13,00			4,99	64,83	0,00	0,00
MonteAce	MONTEPIO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73.491,21			1,00	73.491,21	1,00	73.491,21
921810000801	MOCAMBIQUE - Companhia de Seguros	179.669,00			3,61	648.544,63	1,54	276.756,54
921910055401	Montepio Seguros SGPS	11.500.001,00			1,00	11.500.001,00	0,41	4.749.797,80
RES.MONTÉ	Residências Montepio	100,00			0,00	0,00	0,00	45,08
G600BYRGPD65	Alternative Liquidity Fund Limited	277.620,00			1,80	445.131,07	0,11	31.615,37
929330005001	MERCAPITAL	45.610,00			102,54	4.676.799,23	28,96	1.320.856,48
922910037101	ACACIA BAHREIN	7.721.250,00			0,73	5.640.370,01	0,60	4.616.352,38
921910003001	AUDATEX (ACC)	100,00			249,40	24.939,90	301,76	30.175,00
ES0113056008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104.328,00			1,79	186.292,80	1,41	147.258,97
722910042701	BOLSIMO GESTAO DE ACTIVOS SA	6.694,00			100,00	669.400,00	36,44	243.929,36
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BELEM	69.920,00			7,54	527.363,85	7,61	532.091,20
PTEDFOAM0009	EDF (ACC)	460,00			3,11	1.429,68	2,89	1.331,24
721910048701	GALILEI	2.008.212,00			0,12	231.617,00	0,00	0,00
722910042601	GERMONT	50,00			100,00	5.000,00	0,00	0,00
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10,00			4,99	49,88	0,00	0,00
921910013001	MATUR Portador	90,00			9,98	897,84	0,00	0,00
PTMGFOAM0006	MG GESTAO DE ACTIVOS FINANCEIROS	15,00			0,00	0,00	5,00	75,00
ES0165936008	NDG BANCO	143.793,00			1,38	197.735,14	1,62	232.612,05
PTPTCOAM0009	PORTUGAL TELECOM (ACC)	453,00			2,13	965,83	0,21	93,32
921910024901	REGIS HOTELS	471,00			21,18	9.975,96	4,00	0,00
721910048601	SLN VAL	2.625.000,00			0,10	262.500,00	0,00	0,00
solução		16.060,00			185,01	2.650.000,00	0,00	0,00
PTZONQAM0006	ZON MULTIMEDIA SGPS	63,00			4,34	273,33	5,63	354,50
PTAPMAME0005	ALVES RIBEIRO - MEDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS	1.500,00			49,88	74.819,68	45,89	68.841,60
G60030276538	ARIS	131,43			0,00	0,00	127,60	16.769,96
PTCMHUM0015	FUNDO CEMG	499.334,00			0,93	466.453,03	0,42	209.720,68
KYG299911232	GOTTEX ABL FUND	1.980,00			0,00	0,00	0,00	0,00
IE00BYNR3722	Mercer Absolute Return Fixed I	78.719,72			99,03	7.795.445,20	99,53	7.834.973,41
IE00BRK97376	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	154.736,39			108,46	16.782.543,83	104,36	16.148.289,82
IE00BESSY728	Mercer Liquid Alternative Strategies Fund	31.170,82			115,43	3.600.000,00	112,39	3.503.288,49
IE00BLNMPR11	Mercer Low Volatility Equity Fund	104.566,12			117,30	12.265.427,08	116,56	12.188.227,32
IE00BGY64W57	Mercer Passive Global Equity Fund	103.334,11			125,47	12.965.764,44	124,23	12.837.196,30
IE00BBPLSL15	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	46.494,11			105,60	4.909.777,80	104,32	4.878.161,81
IE00BBPLSM22	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	47.340,41			102,25	4.839.137,18	101,96	4.826.628,67
LU0296322673	NOVENERGIA	0,83			67.471,39	55.779,09	107.757,70	83.083,28
GBR12100007	THE FINE ART II L.P.	195.726,00			0,44	85.287,21	0,85	166.822,67
PTYCXTHM0007	FUNDIMO	1.000,00			5,10	5.102,70	7,05	7.046,90
PTYBQAIM0007	IMOREAL	73.213,00			94,86	6.944.718,59	66,22	4.848.289,32
PTNDFICE0006	LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO	50.000,00			5,01	250.500,00	3,09	154.500,00
IE0006Y8B05	PREFF (IUPS)	1.686,57			100,55	169.583,27	82,05	138.382,87
PTNDFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	150.000,00			3,39	508.341,81	3,79	563.500,00
TOTAL GERAL DE TÍTULOS EM VIGOR		26.446.413,71	181.305.405,93			261.819.063,77		234.269.095,98

CERTIFICAÇÕES



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental
 Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 Telefone: +351 210 110 000
 Fax: +351 210 110 121
 Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 que evidencia um total de 473.786.604 euros e um total de capital próprio de 51.094.019 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.400.546 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião com reservas

A Entidade apresenta no balanço na rubrica *goodwill* o montante de 18.673.846 euros e na rubrica outros activos intangíveis o montante de 18.559.984 euros que incluem o montante de 7.550.395 euros relativos ao valor actual de negócios anteriormente adquiridos (contratos de seguro). Conforme referido na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras (i) a imparidade do *goodwill* é avaliada anualmente ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor e, (ii) o intangível relativo aos negócios adquiridos é amortizado e é igualmente sujeito a testes de imparidade, quando há eventos ou circunstâncias que indicam uma perda de valor.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
 Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161499
 Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



Considerando que durante o ano se verificaram significativas alterações nos sistemas de informação, que não permitiram que a Entidade disponibilizasse informação que permitisse concluir sobre a existência de eventuais imparidades sobre os activos referidos no parágrafo anterior, não estamos em condições de concluir sobre a eventual necessidade de registo de imparidade sobre estes activos com referência a 31 de Dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além da matéria descrita na secção "Bases para opinião com reservas", decidimos que as matérias descritas a seguir são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2016, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 207.975.414 euros e 1.433.412 euros, respectivamente, conforme nota 7 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 44% e 0,3% do activo, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 3 anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos; • Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade; • Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e,

2



referência a um mercado oficial activo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 3 anexa às demonstrações financeiras as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

- Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2016, a provisão para sinistros, no valor de 255.097.914 euros, representa 60% do passivo à mesma data. Relativamente à provisão para sinistros de acidentes de Trabalho, esta inclui 126.340.776 euros referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

- (i) **Provisão para sinistros - excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (Pensões) no montante de 128.757.138 euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.</p> <p>Adicionalmente, efectuámos testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>).</p> <p>Avaliámos a metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros.</p> <p>Ainda nesta área, avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis da Entidade e avaliámos as divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.</p>



(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho, no montante de euros 126.340.776.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. Adicionalmente, efectuámos testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pela Entidade na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho e, avaliámos as divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

dv



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

5



- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 25 de Março de 2011 para um mandato compreendido entre 2011 e 2014. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 4 de Maio de 2015 para um segundo mandato compreendido entre 2015 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de Abril de 2017.



- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

20 de Abril de 2017


KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2016

O Conselho Fiscal da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e dezasseis e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Companhia, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, SROC, S.A., a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar ter prestado os serviços adicionais constantes da referida Confirmação de Independência, bem como a Certificação Legal das Contas, formulada com uma Reserva relativa ao *goodwill* e ao *value in force* incluído nos outros ativos intangíveis, cujas informações disponibilizadas não permitiram concluir sobre a existência de imparidades.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Companhia.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

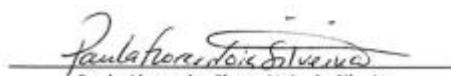
- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e dezasseis, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de abril de 2017

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Vice-Presidente


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal